

A CULTURA DA PAZ: A MEDIAÇÃO COMO MEIO DEMOCRÁTICO, AUTÔNOMO E CONSENSUADO DE TRATAR DOS CONFLITOS

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Prof^a Dra. Fabiana Marion Spengler

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Autores: Prof^a Dra. Fabiana Marion Spengler, Prof^a Ms. Angélica Maria Ruiz Mello, mestrandas Ana Carolina Ghisleni, Luthyana Oliveira e Dhieimy Q. Waltrich e bolsista Alex K. Silva.

Resumo

É visível a crise pela qual passa a jurisdição atualmente, ultrapassando a difundida e conhecida morosidade processual e alcançando a eficiência e a qualidade das decisões. Decisões estas que são impostas pelo magistrado e nem sempre exequíveis pela parte interessada, pois não tratam de forma efetiva o conflito, produzindo apenas a paz de direito, mas não a real pacificação social. É neste panorama que a mediação se insere como um mecanismo alternativo cujo escopo principal está em oferecer uma resposta dicotômica, por meio da qual as próprias partes encontram a solução do conflito em que estão envolvidas através do auxílio de um terceiro imparcial, o mediador. Na busca de tais objetivos, desde maio de 2009 os participantes realizam mediação em processos de competência do Juizado da Infância e Juventude e Varas Cíveis do fórum local, sendo realizadas até o momento, o total de 552 turnos de mediação, resultando acordo em 74% dos casos, o que demonstra a possibilidade de incentivar a adoção de meios autônomos e democráticos de jurisdição. Os ganhos obtidos com o trabalho realizado pelo projeto são visíveis tanto para a comunidade como para a pesquisa e o ensino acadêmicos.

Palavras-chave: Conflito, crises do judiciário, mediação.

Introdução

Em face das crises que o Judiciário brasileiro atravessa atualmente é visível a necessidade de busca de alternativas que possam responder de forma célere e, principalmente, adequada ao contingente conflitivo atual. Assim, justifica-se a importância social do presente projeto uma vez que pretende oferecer à uma parcela considerável da comunidade forense uma outra estratégia de tratar os seus conflitos que paralelamente ao judiciário poderá oferecer respostas mais adequadas quantitativa e qualitativamente

Nesse ponto é que se vislumbra a possibilidade de contribuição social, almejando apontar a mediação como meio consensuado de tratar os conflitos levando em consideração as deficiências do modelo de jurisdição tradicional desenvolvido e operacionalizado a partir de uma perspectiva voltada ao paradigma formado pela dicotomia

ecida pelas práticas de mediação e que tem por

Nestes termos, a mediação difere das práticas tradicionais de jurisdição justamente porque o seu local de trabalho é a sociedade, sendo a sua base de operações o pluralismo de valores, a presença de sistemas de vida diversos e alternativos, sua finalidade consiste em reabrir os canais de comunicação interrompidos, reconstruir laços sociais destruídos. O que se propõe é pensar a mediação não apenas como meio de acesso à justiça, aproximando o cidadão comum e o desafiando o Poder Judiciário. Pretende-se discutir/fazer mediação enquanto meio de tratamento de conflitos não só quantitativamente, mas qualitativamente mais eficaz, proporcionando às partes a reapropriação do problema, responsabilizando-se por tais escolhas e juriconstruindo¹ os caminhos possíveis.

Neste sentido, o projeto tem relevância científica em face da vinculação com a pesquisa e o ensino: o tema do projeto possui inserção em uma das linhas de pesquisa do Mestrado em Direito "Políticas Públicas de Inclusão Social"²; além disso, é uma importante ferramenta de extensão que possibilita a aplicação prática dos conhecimentos teóricos proporcionados pelas disciplinas oferecidas junto ao Mestrado e Doutorado em Direito da UNISC; da mesma forma, a proposta se vincula ao projeto de pesquisa em andamento de sua coordenadora que se intitula: "A crise de jurisdição e as novas possibilidades de tratamento dos conflitos"; ainda, o projeto também possui vínculos com o sub-grupo de estudos "Políticas Públicas no Tratamento dos Conflitos" do Mestrado em Direito que faz parte de um grupo de estudos maior chamado "Políticas Públicas de Inclusão Social"; também possui vínculo estreito com as disciplinas que a coordenadora leciona/lecionará no próximo semestre ó Processo Civil I, Direito de Família e Mediação e Arbitragem; e por fim, possui vínculos com a produção teórica de seus proponentes.

O objetivo geral do projeto de extensão é propor e efetivar a prática da mediação como meio consensual, autonomizador e democrático para o tratamento de conflitos sociojurídicos. Os objetivos específicos consistem em desenvolver um serviço de mediação de conflitos junto a Comarca de Santa Cruz do Sul; aplicar técnicas de mediação que resultem num tratamento adequado as demandas conflitivas atuais cujas respostas sejam

¹ O termo "juriconstrução" é um neologismo jurídico criado por José Luis Bolzan de Moraes. Vide BOLZAN DE MORAIS, José Luis; SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

² Linha de pesquisa na qual se encontra inserida a disciplina lecionada pela coordenadora proponente do presente projeto de extensão e linha de pesquisa dos mestrandos/coordenadores-voluntários junto ao Mestrado em Direito da UNISC.

tratar que existem alternativas autonomizadoras e
os conflitos, dentre elas a mediação; restabelecer a
comunicação entre as partes mediante o uso de técnicas adequadas; e demonstrar que o
conflito pode ter resultados positivos se bem administrado.

Material e metodologia

O presente projeto de extensão foi implementado no mês de março de 2009 a partir de pesquisas realizadas no Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC³ em parceria com o Curso de Direito e com o Curso de Psicologia. O projeto nasceu de um convênio entre duas instituições: UNISC e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ó TJ/RS.

O trabalho de extensão acontece da seguinte forma: primeiramente ocorre a seleção dos mediadores dentre os graduandos do curso de direito e da psicologia da UNISC. Tais mediadores serão bolsistas, com 20 horas semanais cada um, dedicadas à mediação. Os mediadores são em número de dois, sendo um do sexo feminino e outro do sexo masculino; após a escolha, ocorre a formação de todos os integrantes do projeto de forma intensiva. Feito isso se dá início a mediação.

Ajuizada a ação e distribuída (por dependência ou por sorteio), se verificada a possibilidade de que a mediação ocorra, as partes serão convidadas a participar do procedimento. Atualmente o projeto atua em processos oriundos da Vara do Juizado da Infância e Juventude e varas cíveis e são os juízes destas varas que decidem quais processos são remetidos à sessão de mediação. As sessões de mediação acontecem em dois turnos semanais, mas o projeto será ampliado para quatro turnos no segundo semestre do presente ano e os mediadores ainda se encontram em outros dois turnos para reuniões semanais de troca de experiências e estudo.

Ocorrendo a concordância das partes em submeter o conflito ao procedimento de mediação será determinado dia e horário para que compareçam ao fórum e a mediação ocorra. Se por ventura as partes não quiserem participar do procedimento de mediação o processo terá seu trâmite normal até desfecho final da lide (por sentença ou por acordo). Na data apazada as partes comparecem ao fórum e são cadastradas pelos dois bolsistas (mediadores). Posteriormente se inicia o procedimento de mediação que é realizado pelos bolsistas com ou sem a supervisão da coordenadora ou dos coordenadores do projeto.

³ As informações referentes à apresentação da instituição educacional foram retiradas do site da própria universidade: <<http://www.unisc.br/>>.

mediação estão previstos seis encontros de, em média, desse número de reuniões o acordo não tiver sido alcançado o processo volta a tramitar pelos meios tradicionais. As partes poderão desistir do procedimento de mediação a qualquer momento assim como os mediadores poderão suspendê-lo sempre que verificado risco de integridade física ou psicológica para qualquer um dos integrantes do procedimento.

Ao final do procedimento se exitoso o acordo, o magistrado será informado e designará audiência de ratificação quando será tomado por termo e homologado. As datas de ratificação estarão previamente disponíveis aos mediadores uma vez que quando obtido o acordo os envolvidos já terão ciência do momento de apresentação dos termos do mesmo em juízo.

Finalmente, o trabalho desenvolvido pelos mediadores no decorrer dos encontros é avaliado pelos mediados (pessoas que participaram do procedimento). Ao final do projeto todos os atendimentos feitos, bem como os resultados obtidos são expressos em planilhas e gráficos que servirão para a construção de um artigo científico que será publicado para fins de publicizar os resultados. Tais dados também servirão para ilustrar o relatório do projeto.

Resultados e discussões

São indicadores de avaliação do projeto de extensão o cumprimento das ações previstas para cada um dos integrantes bem como o atendimento dos objetivos geral e específicos propostos no projeto, o envolvimento dos participantes e da comunidade atingida pela proposta ó bem como o grau de atendimento de suas expectativas ó que poderá ser medido por um formulário de satisfação do serviço de mediação prestado; o número de mediações realizadas; e por fim a s inserções na graduação e pós-graduação dos resultados práticos alcançados.

Os resultados obtidos até o presente momento com a aplicação do projeto em questão foram quantificados e se referem a 20 meses de mediação, realizados entre os anos de 2009 a 2011. Deste modo, das 552 sessões agendadas, foram realizadas 342; destas, 80% foram realizadas na Vara do Juizado da Infância e Juventude e 20% nas demais Varas Cíveis. Nas sessões realizadas, 74% obtiveram acordos (65% acordos totais e 9% acordos parciais) e apenas 26% foram inexitosas, isto é, não chegaram a um acordo. Neste período foram atendidas 981 pessoas, ao passo que 1445 pessoas restaram atingidas pelo procedimento.

Os resultados qualitativos se referem a uma pesquisa realizada com as partes para que elas possam avaliar o trabalho realizado: foi perguntado se acharam justo o acordo

realizaram a pesquisa entenderam que sim e apenas 10% do custo o acordo realizado. Perguntado se a mediação ocorreu em tempo aceitável, 90% entenderam que sim, 5% entenderam que parcialmente e 5% não responderam. Para a pergunta que questionou o tratamento dos mediadores durante a mediação, 98% entenderam que foi bom e 2% não responderam. Questionada a possibilidade de voltar a fazer mediação, caso necessário, 94% dos entrevistados concordaram com a possibilidade e apenas 6% discordou. Para a pergunta que questionou se o mediando se sentiu obrigado a fazer o acordo, 95% responderam que não e 5% responderam que sim. Em relação à competência profissional dos mediadores, 53% responderam estar muito satisfeitos, 40% satisfeitos e 7% não responderam.

Por fim, verificou-se que o tempo médio dos processos no ano de 2009 (ano de implantação do projeto de extensão) reduziu-se após o trabalho realizado. 52% dos processos duraram de 1 mês a 6 meses, 23% durou até 1 mês, 17% de seis meses a 1 ano e 8% duraram mais de 1 ano. Além disso, o cumprimento dos acordos realizados nas sessões de mediação possuem percentual elevado: 56% dos acordos vem sendo cumpridos integralmente, 8% estão sendo cumpridos parcialmente, 4% estão sendo descumpridos e 32% das pessoas não foram encontradas.

Conclusão

Por meio dos dados obtidos, conclui-se que o presente projeto de extensão atinge seus objetivos e tem condições de continuar suas atividades no sentido de implantar uma nova cultura, educando para a prevenção de conflitos e buscando uma sociedade mais harmônica e democrática. Este fato é demonstrado ao verificar que foram realizadas 342 sessões de mediação em 20 turnos, desde 2009 até o presente momento, atingindo uma grande parcela da comunidade. Os resultados objetivos e positivos também se refletem nos integrantes do projeto, que comprovam na prática as teorias aprendidas anteriormente, utilizando-a como base para produção científica e enriquecendo o meio acadêmico. O grau de alteração da situação problema é constatado na medida em que a maioria dos acordos efetuados vem sendo cumpridos integralmente, o que evita o ingresso de novos processos, bem como o tempo médio dos feitos vem diminuindo com a prática da mediação, contribuindo para desafogar o Judiciário.

Referências

BOLZAN DE MORAIS, José Luis; SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

A extensão no campo da Educação em Direitos Humanos e do Acesso á Justiça

Área temática

Direitos Humanos e Justiça e Educação

Responsável pelo trabalho

Miriam Krenzinger A Guindani

Instituição

Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC), da Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Autores

Miriam Krenzinger A Guindani¹

Fernanda Carneiro Soares²

Ana Beatriz Martins³

Fernanda Gervasio Oliveira⁴

Gizele Marques⁵

Marianna Carvalho Sousa⁶

Nivia Katika Mello⁷

Resumo

O presente trabalho visa apresentar os caminhos percorridos pela equipe de Serviço Social para consolidação de um campo de extensão, de estágio e pesquisa e na área da Educação em Direitos Humanos, do Acesso à Justiça junto Programa Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC), da UFRJ- Universidade Federal do Rio e Janeiro, no período de julho de 2006 a julho 2010.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Acesso á Justiça e Educação em Direitos Humanos

¹ Professora da Escola de Serviço Social e PPG da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Bolsista CNPQ 2. Coordenadora de Projetos do NIAC/PR5.

² Mestranda em Serviço Social. Bolsista CNPQ. Supervisora Serviço Social NIAC.

³ Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista IC/CNPQ

⁴ Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC

⁵ Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC Bolsista PIBIC

⁶ Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC Bolsista PIBEX

⁷ Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC Bolsista PIBEX



Introdução

O Programa NIAC foi criado pela Divisão Integração Universidade e Comunidade - DIUC/PR-5, sob a Coordenação da Profa. Miriam Krenzinger A Guindani⁸, em julho de 2006, visando articular quatro áreas/projetos de extensão e pesquisa oriundos das Unidades de Ensino de Arquitetura, de Direito, de Psicologia e de Serviço Social. Surge, portanto, com o propósito de potencializar e infundir sistematicidade à gestão dos múltiplos projetos de extensão que se situam na linha dos Direitos Humanos e do Acesso à Justiça da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ.

Dentre alguns dos objetivos do NIAC destacamos: a) Articular e potencializar redes de acesso à justiça e promoção dos direitos humanos; b) Prestar assessoria interdisciplinar aos movimentos de base, conselhos de direitos e fóruns locais que lutam pela promoção dos direitos da cidadania; c) Prestar apoio psicossocial às vítimas da violência, especialmente às crianças e adolescentes; e) Criar fórum de discussão junto aos operadores sociais visando o fortalecimento dos mecanismos extrajudiciais de resolução dos conflitos e o desenvolvimento de práticas alternativas ao modelo de vitimização e criminalização da pobreza que caracteriza o nosso sistema de justiça social vigente; f) Prestar assessoria a entidades de representação comunitária e a moradores, em projetos de revisão e readequação de espaços de uso coletivo, equipamentos públicos e comunitários, assim como da moradia, visando melhoria da qualidade de vida e da habitação.

Nesses cinco anos⁹, fomos desenvolvendo diferentes ações e projetos que, dentre as suas respectivas metodologias e especificidades, ofertavam uma base comum de atividades de ensino, pesquisa e extensão: estudos, publicações¹⁰, assessoria técnica e assistência e orientação sócio-jurídica orientadas para promoção do direito à cidadania, à moradia digna e à defesa jurídica e psicossocial das comunidades vizinhas ao Campus Ilha do Fundão, da UFRJ. Buscamos, também, mobilizar, fortalecer e qualificar o debate junto à rede de profissionais da justiça, da educação e da rede de defesa dos direitos humanos. Além disso, através de cursos, seminários e Fóruns busca criar

⁸ A cada ano a coordenação do Programa foi assumida pelas áreas do Serviço Social (Profa. Miriam K. A Guindani, 2006), Direito (Prof. Marcos Silva, 2007), Psicologia (Prof. Pedro Bicalho, 2008), Colegiado das 3 áreas (Professores Miriam K A Guindani, Pedro Bicalho e Ivan Garcia, 2009), Serviço Social (Profa. Miriam K. A Guindani, 2010)

⁹ Breve Histórico do Programa extraído do documento: Termo de Cooperação UFRJ – Petrobrás/CENPES – Área de Responsabilidade Social – Plano de Trabalho – Programa de Extensão Ações Integradas de Inclusão Social, abril de 2008.

¹⁰ Cartilha Nossos Direitos de Todos. Guindani, Miriam Krenzinger Azambuja. (org). Rio de Janeiro, 2008.

espaços de discussão sobre os mecanismos institucionais que garantam o acesso às políticas públicas sociais e habitacionais, bem como a redução dos processos de vitimização e criminalização da questão social. A seguir serão apresentadas, de forma breve, as principais atividades do NIAC, sob a coordenação do Serviço Social.

Metodologia

Assessoria técnica e política

Neste âmbito de ação destacamos a realização, por parte da equipe do Serviço Social, do Diagnóstico de redes e serviços sociais do Bairro Maré, com destaque sobre políticas e prevenção da violência e acesso à justiça realizado no período de 2006 a 2009. Tal pesquisa visava qualificar a oferta das atividades de extensão do NIAC, que passava atender uma variedade de demandas sócio-jurídicas oriundas da população usuária.

Além disso, em 2007 foi criado o Fórum de Criminologia Crítica “Aplicada” que vem fomentando, ao longo da sua trajetória, a criação de um espaço coletivo que favoreça o diálogo plural entre os mais variados setores do Estado e sociedade fluminense em torno da política criminal vigente. Organizado por um conjunto de professores, estudantes e pesquisadores do NIAC- Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania- da UFRJ, o Fórum visa, nesse sentido, articular estratégia de enfrentamento das violências institucionalizadas, servindo como espaço aglutinador de movimentos sociais, projetos de formação e políticas de atendimento aos setores mais vulneráveis às violações dos direitos humanos.

Escritório da Cidadania / Balcão de Direitos

Diariamente é realizado atendimento sócio-jurídico e psicossocial de natureza interdisciplinar, a população moradora do entorno à Ilha do Fundão, no Escritório da Cidadania situado na DIUC/PR5.

Dentro desta linha de atuação coordenamos em 2009, com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o Projeto Escritório da Cidadania/Balcão de Direitos teve como principais objetivos:

a) Orientação dos direitos da cidadania, visando fornecer informações e orientações sobre direitos e deveres do cidadão, sobre a legislação que assegura esses direitos e os serviços públicos a eles relacionados. - Receber e encaminhar denúncias sobre violação dos direitos humanos;

- b) Formas alternativas de equação dos conflitos, com o propósito de promover serviços para auto-composição dos conflitos interpessoais, sociais e coletivos, fomentando esta prática;
- c) Assistência Sócio-Jurídica, visando oferecer atendimento sócio-jurídico junto ao público alvo através da orientação, assessoria, encaminhamento e acompanhamento de ações nas diferentes áreas do Direito, especialmente o Direito da Família, Trabalhista e Previdenciário;
- d) Acesso à documentação civil básica, buscando articular ampla parceria com os órgãos responsáveis pela emissão dos documentos básicos para que se garanta a posse efetiva do documento pelo cidadão; e, facilitar o acesso aos documentos civis básicos, por meio da distribuição dos formulários necessários, da informação ao cidadão quanto aos locais e horários de funcionamento dos órgãos responsáveis, além do fornecimento da legislação específica quanto à gratuidade de alguns documentos.

Atividades de Pesquisa e formação

Foi criado um Grupo de Pesquisa “Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Prevenção da Violência e Acesso à Justiça” e cadastrado em 2008 no CNPQ que agregou as seguintes linhas de pesquisa: Escritório Interdisciplinar de Ações para a Cidadania: Formas Alternativas de Resolução de Conflitos, Sistemas de política criminal extra- penal e os mecanismos de controle social e Subjetividade e processos de criminalização, contando com quatorze estudantes dentre alunos de graduação e pós-graduação das áreas de direito, serviço social e psicologia e seis pesquisadores. O núcleo propõe-se a estudar as práticas sociais, jurídicas e discursivas que fundamentam os mecanismos legais e ideopolíticos da promoção dos Direitos Humanos, do Acesso à Justiça, das Políticas Criminais (Delmas-Marty) extra-penais de Prevenção da Violência, na Sociedade do Risco (U.Beck).¹¹

No ano de 2009, coordenamos o Projeto Pacificar, que contou com apoio do Ministério da Justiça. Realizamos na área do ensino mais de mais de 30 encontros de supervisão para a capacitação teórica em formas alternativas de resolução de conflito, com ênfase na mediação, dos alunos pesquisadores de graduação vinculados ao projeto. No âmbito deste projeto, foram desenvolvidas quatro pesquisas vinculadas ao tema. Foram realizadas, também, atividades de formação e capacitação de profissionais da Segurança pública em Direitos Humanos. Estas permitem fortalecer as redes de

¹¹ O núcleo encontra-se cadastrado no Cnpq, <http://dgp.cnpq.br/buscaooperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0202601CLX6ENH>

parcerias locais, através de cursos, oficinas e produção de material didático para a multiplicação dos resultados obtidos.

Outro projeto, sob nossa coordenação diz respeito à Revisão do Plano Estadual em Direitos Humanos do Rio de Janeiro. A PR5-NIAC através de convênio com Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos realizado entre os meses de março a abril as atividades pertinentes a revisão. O objetivo é a partir do subsídio fornecido pelo PNDH III, pelo atual PEDH-RJ, pelos diversos planos estaduais e nacionais existentes, pelas discussões realizadas e pelos documentos resultantes da Conferência Estadual de Direitos Humanos (2008), da Conferência Nacional de Direitos Humanos (2008), de diversas Conferências temáticas nacionais e estaduais, construir um documento base que fundamente a revisão final do PEDH-RJ que será consolidada na Conferência Estadual dos DH do RJ em, 2011.

O processo de revisão do Plano tem como meta primordial ser amplamente democrático e participativo. Para isso, durante os oito meses destinados ao processo de revisão foram realizados quatro seminários para o debate das questões centrais do plano, com a presença de representantes da sociedade civil e do poder público.

O desenvolvimento do projeto se configura como um exercício contínuo de debate coletivo, participação popular, e discussão democrática. A reflexão crítica acerca dos limites e possibilidades dos direitos humanos se tornou ferramenta essencial e perene para a concretização do projeto.

Resultados

Nossa intervenção no NIAC, desde sua criação, tem como objetivo promover entre os alunos da UFRJ uma nova cultura sócio-jurídica, baseada na pluralidade social, no acesso à justiça e nos direitos humanos. Especialmente entre os alunos da faculdade de Direito e Serviço Social é essencial o trabalho com as formas alternativas de resolução de conflitos para repensar a atuação destas áreas e sua possibilidade como ferramenta de construção de mudança e prevenção da violência.

Através do trabalho com formas *alternativas de resolução de conflitos* nosso trabalho no NIAC objetiva encontrar alternativas pacíficas para os conflitos entre os moradores e comunidades, através da mediação comunitária buscando saídas, para o conflito, satisfatórias às partes envolvidas.

Apesar dos desafios institucionais, político e pedagógicos, nossa trajetória no NIAC vem se constituindo como possibilidade de experiência à formação dos estudantes da graduação e da pós-graduação no campo dos Direitos Humanos,

especialmente no que tange à análise da violação dos direitos, da violência interpessoal e urbana, nas suas diversidades e complexidades; análise que perpassa interna e externamente a intervenção profissional do Serviço Social, especificamente no campo do acesso à justiça e prevenção da violência.

Referências

- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Ministério da Educação – Ministério da Justiça, 2007.
- GUINDANI, Miriam K A. Projeto Direitos da Cidadania e Promoção do Acesso à Justiça. Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania. Edital Pibex.
- GUINDANI, Miriam Krenzinger Azambuja. (org). Cartilha Nossos Direitos de Todos. Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, M. S. M. M. e ZENAIDE, M. N. T. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. In: Direitos Humanos. Capacitação de educadores / Maria de Nazaré Tavares Zenaide, et. al. – João Pessoa : Editora Universitária/UFPB, 2008.



AS FRONTEIRAS DAS IDENTIDADES: O DESAFIO DA PLURINACIONALIDADE

Área temática:

Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho:

Isabel Penido de Campos Machado

Instituição:

Faculdades Estácio de Sá de Belo Horizonte (FESBH)

Nome dos Autores:

(1) MACHADO, Isabel Penido de Campos; (2) MAGALHÃES, José Luiz Quadros; (3) PAULA, Francine Figueiredo de; (4) ALVES, Henrique Fonseca; (5) BARROSO, Daniela Recchioni; (6) SISCAR, Crisnanda Pane; (7) FELISBERTO, Rosana Ribeiro; (8) MORAES, Daniel; (9) HAAS, Ingrid Freire.

Resumo

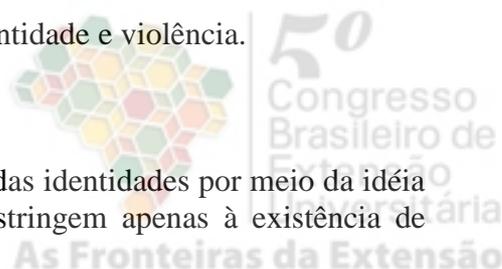
O projeto de extensão visa a capacitação dos professores e criação de um diálogo institucional. O projeto tem desenvolvido, por meio da interação entre os professores e alunos, a compreensão do estado plurinacional e do reconhecimento da diversidade epistemológica e filosófica como mecanismo de superação da modernidade e de seus problemas estruturais objetivos e simbólicos geradores da violência. Busca-se a compreensão das bases teóricas conceituais da modernidade. A partir do tema central, os professores do Curso de Direito vem demonstrando qual a relação entre a discussão central e a disciplina lecionada. O objetivo central é o aumento da produtividade por meio da elaboração de um livro (previsto para dezembro) que cristalice as discussões que estão sendo realizadas quinzenalmente. Conclui-se que a negação da diferença, o não reconhecimento do outro e a criação do dispositivo nós x eles tem sido um fator decisivo nas violências modernas, entre as pessoas, em sala de aula, nas ruas, entre grupos e entre os Estados nacionais.

Palavras-chave: Plurinacionalidade, identidade e violência.

Introdução

O Estado Moderno trouxe certa uniformização das identidades por meio da idéia de nacionalidade.¹ As limitações impostas não se restringem apenas à existência de

¹ C.f. WALLERSTEIN, 2007, p. 30 *et seq.*



fronteiras territoriais. Ao contrário, a modernidade também criou fronteiras para os variados aspectos das identidades, negando as diferenças e promovendo o “encobrimento do outro”².

O projeto busca investigar como a pós-modernidade tem lidado com a necessidade de emancipação dos sujeitos de direito³, de forma a resgatar as heterogeneidade e os aspectos plúrimos conformadores das identidades. Os tribunais superiores do Brasil e de outros Estados Latino-Americanos, tais como Bolívia e Equador, tem lidado muito com a questão do reconhecimento da plurinacionalidade.⁴ A título exemplificativo, foram selecionados para análise vários textos e alguns julgados, tais como o Caso Raposa Serra do Sol, bem como o caso da demarcação de terras dos povos quilombolas, dentre outros. O objetivo das reuniões quinzenais de capacitação é a produção de um livro sobre a temática, comparando os modelos brasileiro, boliviano e equatoriano de construção das identidades.

Sendo assim, o trabalho desenvolvido na sede das Faculdades Estácio de Sá de Belo Horizonte é de extrema importância justamente por ser uma iniciativa de rompimento com o modelo de ensino pautado apenas em aulas expositivas, criando um ambiente propício à extensão, em uma faculdade de ensino superior do ramo privado. Busca, outrossim, a motivação e a capacitação dos professores envolvidos a partir das provocações do Coordenador Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães, com vasta experiência em pesquisa, ensino e extensão. Ademais, o tema em si é subexplorado, uma vez que os principais teóricos são oriundos de países latino-americanos, vale dizer; fora do eixo europeu/norte-americano (que tradicionalmente dita as tendências do estudo do Direito no Brasil). Inclusive, o projeto de extensão (focado na capacitação dos interessados e na criação de um diálogo inter-institucional com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e representantes de movimentos sociais) promove a pesquisa por meio do produto final almejado: a publicação de um livro científico especializado. Além disso, a capacitação dos professores gera, indubitavelmente, resultados em sala de aula.

Os atores envolvidos são os professores da graduação em Direito nas áreas de Direito Público, Direito Penal, Direito do Trabalho, Sociologia e Filosofia, conforme listados a seguir: Isabel Penido de Campos Machado, Crisnanda Pane Siscar, Daniela Recchioni Barroso, Francine Figueiredo de Paula, Henrique Fonseca Alves, Rosana Ribeiro Felisberto e Daniel Moraes. A equipe é composta pelo Professor Coordenador (Doutor em Direito), bem como por sete professores (doutores, mestres e especialistas) e 4 alunos da graduação (ligados ao programa de monitoria e que demonstrem interesse no tema). Particularmente, o nível de participação dos alunos no projeto pode ser observado de forma direta e indireta. Inicialmente, o projeto contará com a participação direta de quatro alunos. Destacamos que, dentre eles foram convocados os dois monitores selecionados no 1º processo seletivo de Monitoria da Graduação (Disciplinas Direito Civil e Constitucional), bem como um representante do Diretório Acadêmico (recém criado em 2010, e ainda em fase de consolidação) e, ainda, um representante do corpo de alunos que tenha se destacado ao longo do curso e possua afinidade com a proposta temática. Além disso, o projeto contará com a participação indireta de toda comunidade acadêmica, composta por mais de 1.000 (mil) alunos do Curso de Direito e de todo corpo docente. Isso porque a proposta visa criar um clima institucional de integração e resgate da auto-estima acadêmica de professores e alunos. Assim, os produtos das discussões serão debatidos em sala de aula, bem como na sala dos

² DUSSEL, 1994, p. 21 *et seq.*

³ OLIVÉ, 2009, p. 33 *et seq.* E, ainda: SANTOS, 2003, p. 65 *et seq.*

⁴ C.f. ALMEIDA, 2008, p. 15 *et seq.*

professores. Além disso, está confirmada a realização de um seminário específico já no mês de setembro, que integrará a comunidade acadêmica com a sociedade civil, uma vez que convocaremos para palestras vários representantes do Governo e dos movimentos sociais.

Material e Metodologia

A metodologia adotada é a de leitura e discussão bibliográfica, bem como o estudo dos precedentes judiciais sobre o tema de plurinacionalidade e identidade no Brasil, Equador e Bolívia. Buscamos a construção de um conhecimento interdisciplinar, por meio da abordagem que não se limita apenas ao jurídico, porquanto busca um diálogo com profissionais que possuem perspectivas oriundas de outros ramos do saber e interagem com a questão da identidade, tais como: psicologia, sociologia, medicina, antropologia, dentre outros.

O projeto tem sido desenvolvido por meio de reuniões quinzenais na sala de debates localizada na Biblioteca do *campus* Floresta, na Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte – MG. A escolha do local é estratégica, uma vez que visa dar visibilidade ao projeto e demonstrar aos alunos que freqüentam o espaço comum a importância da pesquisa e o engajamento dos professores. Os materiais utilizados são livros, computadores e meios de comunicação em geral (email, telefone, debates presenciais).

As etapas desenvolvidas iniciaram-se com a seleção do grupo de docentes e discentes interessados na participação do projeto. A partir de então, foi realizado o levantamento da jurisprudência das Cortes Latino Americanas, especialmente boliviana, equatoriana e brasileira com seleção das decisões relevantes para o estudo da diversidade como direito individual e coletivo; bem como a pesquisa bibliográfica específica sobre o tema. Nas reuniões quinzenais que tem sido realizadas, a bibliografia colhida tem sido lida e documentada por meio de um fichamento realizado pelos docentes, em sistema de rodízio. Paralelamente, em junho e julho, o grupo está preparando o Seminário de Direitos Humanos e Diversidade, a ser realizado em setembro, promovendo encontros e debates prévios com membros da sociedade civil e governo. Além disso, está sendo organizada a seleção de temas e redação preliminar dos artigos para o livro sobre o tema ora proposto. Alguns docentes ficaram encarregados da busca de patrocínio para complementar as receitas de divulgação do resultado dos trabalhos, viabilizando a publicação impressa do livro coletivo. Dentre as alternativas, o projeto foi inscrito no Programa PIQ Mérito, que visa o incentivo à qualificação docente das Faculdades Estácio de Sá. Se o resultado do financiamento interno for desfavorável, o projeto também será inscrito nos processos de seleção da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Ao final de dezembro, a última etapa a ser cumprida será a impressão do livro e programação de uma cerimônia de lançamento, prevista para o primeiro semestre de 2012.

Resultados e Discussões

Como resultado institucional, o projeto é pioneiro na criação de uma cultura para a extensão e incentivo à produtividade dos alunos e professores na Faculdade de Direito da Estácio de Sá – Belo Horizonte. Inclusive, a discussão sobre os vários aspectos das identidades tem servido para aumentar o diálogo e diminuir o índice de violência e



intolerância nas relações professor/aluno e aluno/aluno. Além disso, pela interação com o Diretório Acadêmico e com outros programas (como o de monitoria), tem sido criadas arenas de debate fora das salas de aula, viabilizando, inclusive que os alunos tenham contato com representantes da sociedade civil, Governo, juristas, e outras pessoas que militam na área de Direitos Humanos. A iniciativa tem promovido a criação de um ambiente de tolerância e diversidade no ambiente de ensino superior, que é essencial no contexto atual.

Além disso, as atividades até então realizadas tem caminhado de forma consistente para a consecução do produto final desejado: a produção de um livro coletivo ao final do ano, no qual cada participante do projeto deverá elaborar um capítulo, para publicação (alternativamente impressa ou digital, conforme a disponibilidade de recursos). A participação dos alunos do Programa de Iniciação à Docência tem gerado um fortalecimento ao programa de monitoria e quiçá, alguns professores começaram a cogitar a propositura de projetos de iniciação científica, ainda inexistentes na Faculdade. Por fim, com a participação de um aluno representante do Diretório Acadêmico (criado em 2010), abriu-se um canal de debates com o movimento estudantil, que ainda está em fase de consolidação na instituição.

Conclusão

Considerando que o projeto ainda está em fase de execução, há ainda desafios a serem superados, tais como a materialização do livro (produto final); a manutenção da interação com os representantes do Governo (em questões ligadas a Direitos Humanos), representantes da sociedade civil e movimentos sociais. Essa interação é importante tanto para a pesquisa a ser cristalizada na publicação, como também para a realização do Seminário sobre Diversidade e Direitos Humanos, já organizado e confirmado para setembro de 2011. A alteração da situação problema (ausência de cultura de extensão na Faculdade e uniformização das identidades como fruto do Estado moderno) não é superada imediatamente, trata-se de um processo de conscientização a ser efetivado a longo prazo. Certamente, a problematização da questão é um primeiro passo para permitir que o debate entre na agenda.

Referências

ALMEIDA, Ileana. **El Estado Plurinacional**. Equador: Abya Yala, 2008

DUSSEL, Enrique. **1492: El encubrimiento del otro**. La Paz: Plural, 1994.

OLIVÉ, León *et alli*. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: Clacso/Comuna/Vuela Del Diablo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Poderá o direito ser emancipatório?** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2003, n. 65, 3-76.

_____. **Para uma concepção multicultural dos Direitos Humanos**. *Contexto Internacional*, 2001, n. 23, 1, 7-34.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.



ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES E O FORUM MUNICIPAL DE SAÚDE E SEGURANÇA DE BLUMENAU

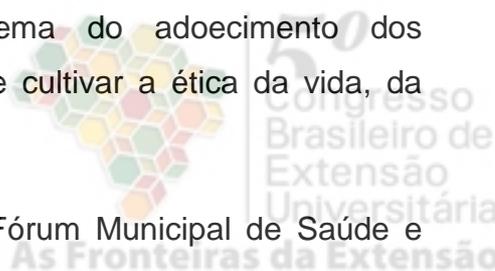
Elsa Cristine Bevian

Professora do Departamento de Direito da Universidade Regional de Blumenau (FURB-SC). Leciona as disciplinas Direito do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho, assim como Ética Geral e Profissional no Curso de Direito da FURB. Coordenadora do Projeto de Extensão Direito nas Associações e Organizações de Trabalhadores. Mestre em Ciências Jurídicas pela UNIVALI e doutoranda no Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. (elsa@furb.br)

RESUMO

A assessoria jurídica às associações e organizações de trabalhadores, tem como objetivo a promoção dos direitos do trabalhador, contribuindo com o fortalecimento dos grupos organizados na trajetória de suas lutas, possibilitando o desenvolvimento da cidadania e da autonomia. Integrar estudantes, capacitando-os e orientando-os para a defesa dos interesses da classe trabalhadora perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias; formular e avaliar as políticas de saúde, em especial as de saúde do trabalhador, pesquisar, informar, difundir e promover intercâmbio de conhecimentos são objetivos fundamentais. A organização de trabalhos jurídicos, seminários, palestras, reuniões, oficinas e movimentos, visam instrumentalizar o exercício de pressão popular perante as autoridades dos três poderes, com o apoio do Ministério Público do Trabalho. As situações problematizadas junto aos trabalhadores vítimas de acidente do trabalho apontaram para a necessidade de discussão das questões que refletem sobre a sua saúde, o individualismo, a competitividade e a globalização, provocados pelo sistema capitalista e agravados pela inovação tecnológica. Através de Seminário realizado em 2011 para discutir pesquisa realizada e criar um Banco de Dados em Saúde do Trabalhador, foi instituído um Fórum Municipal de Saúde e Segurança de Blumenau, proporcionando o diálogo de várias instituições e representa um avanço, pois de forma coletiva estamos discutindo possíveis soluções para minimizar o problema do adoecimento dos trabalhadores. Este trabalho tem a pretensão de cultivar a ética da vida, da solidariedade e da esperança num mundo melhor.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do Trabalhador – Fórum Municipal de Saúde e Segurança – Assessoria Jurídica Popular



1. INTRODUÇÃO

A intervenção social junto às associações e grupos organizados que objetivam a defesa da saúde do trabalhador, tem sido foco de estudos que apontam para a necessidade de fortalecimento destes espaços como forma de enfrentamento das problemáticas vivenciadas pelos trabalhadores, assim como, representa a inserção da universidade na comunidade, principalmente no que diz respeito à capacitação e formação para a cidadania, em forma de comunicação popular, abrangendo a área dos direitos fundamentais e humanos, na perspectiva de que os trabalhadores possam ter acesso à informação de seus direitos e à formação de uma consciência política. Propicia na interação de professores e acadêmicos com a comunidade, principalmente via sociedade organizada e, em especial, pelos canais comunicativos das associações e outras formas de organização sociais, no qual se inserem a APLER – Associação dos Portadores de LER/DORT de Blumenau, o CISAT – Conselho Intersindical de Saúde e Ambiente do Trabalho e o Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau.

Este trabalho de extensão vislumbra integrar estudantes de direito ao pensar no direito comunitário e coletivo, na defesa dos direitos da saúde dos trabalhadores, capacitando e orientando seus integrantes para a defesa dos interesses da classe trabalhadora perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, no tocante à saúde e segurança dos mesmos, assim como na representação dos interesses individuais, coletivos e difusos de seus associados e não associados, pertencentes à classe dos trabalhadores. Formular e avaliar as políticas de saúde, em especial as de saúde do trabalhador; pesquisar, informar, difundir e promover intercâmbio de conhecimentos. A motivação dos estudantes e da comunidade a criarem espaços de interlocução e de informação é objetivo fundamental. Outro objetivo é exercitar a interdisciplinaridade mediante parceria e integração de outros

2. MATERIAL E MÉTODOS

Os estudantes que realizam este trabalho de extensão recebem capacitação em nível teórico, com formação sobre direitos e garantias fundamentais, necessários à formação básica e orientação da comunidade. Atendem as vítimas de acidente do trabalho, pesquisam, orientam e



encaminham suas demandas para as Instituições (INSS, Poder Judiciário, Ministério Público do Trabalho, Secretaria Municipal de Saúde). Trabalhamos na organização e formação dos trabalhadores no tocante aos direitos trabalhistas e previdenciários, ajudamos a organizar seminários, cursos de formação, encontros, palestras, reuniões, oficinas, movimentos, audiências públicas, atos públicos, a escrever informativos, participamos de programas de rádio, reorganizamos documentos das Instituições, realizamos atendimentos e monitoramos denúncias junto ao Ministério Público. Participamos das assembléias mensais das entidades, assim como de Conselhos Públicos e Fóruns, dando efetividade ao controle social.

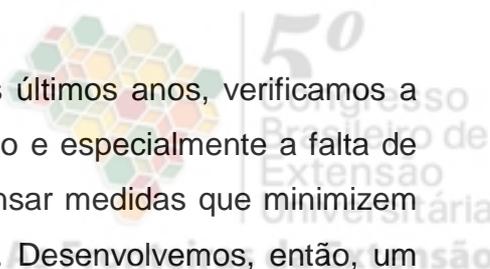
Todos estes objetivos foram alcançados e estão se desenvolvendo, mas especialmente em 2010 e 2011, estamos realizando a pesquisa Desenvolvimento do Banco de Dados em Saúde do Trabalhador, extremamente rica em informações que servirão para qualificar o trabalho de extensão e a nossa contribuição social.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Nosso trabalho de extensão pretende exercitar a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas envolvidas no trabalho. A partir da articulação de cursos que contribuem para este projeto de extensão (Psicologia, Medicina, Comunicação Social e Direito), estamos exercitando a interdisciplinaridade, abordando os objetos de trabalho sob diferentes perspectivas.

A construção de novos conhecimentos se deu a partir da troca de experiências entre profissionais, acadêmicos e grupos organizados de trabalhadores, resultando na proposta de pesquisas, TCC's e artigos científicos. A inserção de estagiários no projeto, assim como a participação de acadêmicos nos eventos científicos e comunitários, possibilitou a aproximação com a realidade concreta, identificando as demandas da população e as possibilidades de respostas profissionais.

Com o trabalho de extensão realizado nos últimos anos, verificamos a precariedade de controle do sistema de prevenção e especialmente a falta de um diagnóstico do problema, necessário para pensar medidas que minimizem o índice de acidentes de trabalho em Blumenau. Desenvolvemos, então, um projeto de pesquisa para montar um Banco de Dados em Saúde do



Trabalhador, que ainda está em construção, mas os dados apurados revelam um cenário que exige a necessidade de abrir a discussão da problemática e fazer pronta intervenção em favor de melhores condições de trabalho.

Pela análise inicial, sabe-se que Blumenau tem 119,5 mil trabalhadores no mercado formal (2010), a maioria na indústria têxtil e do vestuário (64%). Dados apurados entre 2005 e 2010 mostram que nesse período foram registrados no CEREST 31.682 atendimentos cadastrados como acidentes de trabalho, sendo 10.533 de mulheres e 21.091 de homens. Do total, 54% dos acidentes registrados no CEREST acontecem nos dois primeiros anos de contrato de trabalho, e 16% nos três primeiros meses de contrato.

A análise de dados recolhidos no INSS, no mesmo período, revela que, em média, 10% dos trabalhadores com emprego formal são afastados todos os anos devido à incapacidade para o trabalho, “o que por si só exige uma atenção especial no sentido de apurar causas e propor soluções preventivas.

O mais grave é que nem sempre as doenças ocupacionais são enquadradas como acidentes de trabalho, gerando subnotificação. Esse é o fenômeno que motivou a criação do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEp) pelo Ministério da Previdência Social, um sistema que inverte o ônus da prova.

Através de Seminário realizado em 2011 para discutir a referida pesquisa – Desenvolvimento de Banco de Dados em Saúde do Trabalhador, foi instituído um Fórum Municipal de Saúde e Segurança de Blumenau, onde várias instituições como Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, Universidade (FURB), governo municipal, INSS, Sindicatos de trabalhadores e Empresas estão participando. Este Fórum representa um avanço, pois de forma coletiva estamos discutindo possíveis soluções para minimizar o problema do adoecimento dos trabalhadores.

Na primeira reunião do Fórum Municipal de Saúde e Segurança de Blumenau, em 09.06.2011, foram discutidos vários temas, como a necessidade de chamar mais entidades representativas da sociedade, quais são as metas e após, quais vão ser as ações. Conversamos sobre as deficiências e limites de cada Instituição, assim como sugestões para alteração de procedimentos, inclusive das diferentes sistemáticas de registro das informações. Um problema diagnosticado é que o Estado não está conseguindo cumprir o seu papel de exigir e fiscalizar o cumprimento da legislação em saúde do trabalhador.

4. CONCLUSÃO

A universidade vivencia conflitos e contradições, no entanto, tem autonomia. Pode produzir um conhecimento crítico e explicitar a contradição. Criar condições para a crítica do sistema, com a finalidade de transformá-lo num sistema mais humano. Precisamos criar espaços de interlocução nos dois sentidos: universidade = sociedade. Precisamos inserir temas do Mundo do Trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão. Inúmeros questionamentos nos acompanham em nossa jornada como professores, educadores e agentes sociais. Nossa contribuição está provocando mudanças? Ou será que estamos vivendo uma história de luta adormecida? Penso que estamos no caminho certo, aliás, com imensa alegria por poder contribuir para melhorar a vida de trabalhadores que sofrem com suas mazelas decorrentes do adoecimento.

Estamos tentando motivar a comunidade acadêmica a fazer o tema do trabalho ser um tema relevante. Os acadêmicos que são parceiros nesta empreitada percebem a fragilidade do sistema e se sentem desafiados a contribuir para a construção de um mundo melhor. Enfim, este trabalho tem a pretensão de cultivar a ética da vida, da solidariedade e da esperança. Nosso trabalho está alcançando os objetivos idealizados, que são contínuos, pois o aprendizado é constante. Os trabalhadores tem correspondido, se sentem integrados e mais fortes e potentes participando da mudança da realidade, especialmente com a instituição do Fórum Municipal de Saúde e Segurança de Blumenau.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Entrevista realizada por Juliana Sassi. **Trabalho X Capital**. Revista Caros Amigos, nº 120, Março de 2007, páginas 18 a 21.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988/ obra coletiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Marcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. – 39 ed.atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2006. 440 p.

<http://www.planalto.gov.br/>



“CONSTITUIÇÃO NO CONCRETO”

Área Temática

Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho

Caleb Salomão Pereira

Instituição

Faculdade de Direito de Vitória (FDV)

Autor

Caleb Salomão Pereira

Resumo

INTRODUÇÃO: A Constituição da República, sede normativa dos anseios da sociedade, pode se transformar em mero “protocolo de intenções” caso a sociedade não promova a sua efetividade. Os Direitos Humanos e o ideal de justiça ilustrados nas Constituições se frustram sem a militância cidadã capaz de debelar as deficiências nas relações sociopolíticas e econômicas que marcam as sociedades.

OBJETIVO: Guiada por essa percepção, a FDV instituiu projeto de extensão cujo objetivo é dar concretude às normas constitucionais, em especial àquelas relacionadas aos direitos fundamentais, promovendo o que se denomina *intervenção socioconstitucional*.

METODOLOGIA: A *intervenção* se inicia com os alunos do 5º período (curso Direito - Disciplina *Controle de Constitucionalidade*), que recebem a incumbência de identificar, no seu entorno social, fatos que representem lesão às normas constitucionais. Estes fatos são apresentados à FDV num relatório elaborado pelos alunos com auxílio do professor da disciplina. Após, os discentes preparam procedimentos, sob supervisão de técnicos da instituição, para encaminhamento aos órgãos competentes, dos quais se exigirá medidas, administrativas ou judiciais, capazes de conferir efetividade à Constituição. O projeto possui sistema de feedback mantido pela FDV.

RESULTADOS E CONCLUSÕES: No terceiro semestre de implementação, o projeto colheu dezenas de propostas de intervenção socioconstitucional. Algumas se

converteram em medidas efetivas em face dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Espírito Santo, com resultados reais no aumento dos níveis de constitucionalidade. A expectativa da FDV é que esse aumento se faça perceber em todo o território alcançado pelo projeto, hoje limitado ao estado capixaba.

Palavras-chave

Constituição – Intervenção socioconstitucional – Concretização

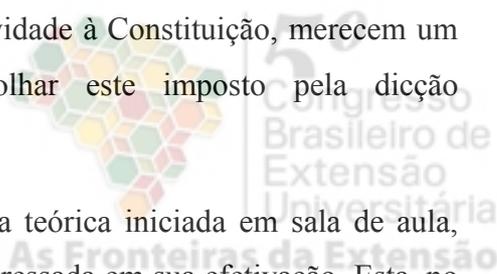
Introdução

A Constituição de um país é a sede do *contrato social* entre Estado e Sociedade. Seu conteúdo jurídico-normativo representa os anseios dos contratantes, os destinatários dela própria. A vulnerabilidade socioeconômica, cultural e ambiental dos bens jurídicos tutelados pela Constituição é percebida em maior ou menor grau a depender da adesão do Estado e da Sociedade às normas constitucionais. Nesse sentido, somos todos alcançados por políticas públicas ou condutas privadas que negam os direitos fundamentais.

Questões teóricas relacionadas a estas reflexões, em abordagens dogmáticas e zetéticas, são discutidas nas disciplinas de Direito Constitucional, do Curso de Direito da FDV, nas quais professores e alunos são levados à reflexão acerca dos níveis de constitucionalidade na sociedade da qual fazem parte. Especificamente, os alunos do 5º período do Curso, que cumprem a disciplina **Controle de Constitucionalidade**, são instados a identificar o quanto a Constituição da República é escamoteada pelas políticas públicas e pela conduta dos cidadãos em geral. Da identificação do que se denominada déficit de constitucionalidade decorre a percepção de que a Constituição, mesmo sendo uma norma viva e dirigente, não tem sido capaz de impor efetiva intervenção no meio social, com efeitos benéficos para a comunidade.

Com este objetivo, os acadêmicos interagem com a comunidade do seu entorno, identificando as deficiências socioeconômicas, colhendo dados e provas e demonstrando que determinadas situações fáticas, dada a sua agressividade à Constituição, merecem um olhar transformador dos agentes sociopolíticos, olhar este imposto pela dicção constitucional.

O objetivo da atividade é, partindo da pesquisa teórica iniciada em sala de aula, projetar a Constituição sobre a sociedade, principal interessada em sua efetivação. Esta, no



âmbito do projeto, é possibilitada pela análise socioeconômica realizada pelos alunos, que trazem para a FDV o material organizado de forma predeterminada para que seja confirmado o descumprimento de normas constitucionais e infraconstitucionais regulamentadoras da Constituição. Uma vez confirmadas as condições identificadas pelos alunos, estes iniciam procedimentos, sob supervisão da Instituição, com vistas à adoção de medidas interventivas – administrativas e judiciais – capazes de elevar os níveis de constitucionalidade do mundo da vida.

Material e Metodologia

Os limites territoriais das atividades coincidem com a região geográfica da região metropolitana da Grande Vitória, que envolve os municípios de Vila Velha, Serra, Viana, Ibraçu, Guarapari, Cariacica, e a própria capital do Estado. Excepcionalmente, considerando que muitos alunos da instituição tem suas famílias em cidades do interior do Estado, aceitam-se trabalhos que versam sobre questões constitucionais de outras cidades. Com este trabalho a instituição colocou o Direito na rua, no concreto, considerando a Constituição viva.

As atividades que compõem o projeto se iniciam com (i) as aulas de Direito Constitucional sobre o tema Controle de Constitucionalidade, o qual permite compreender o caráter dirigente da Constituição da República e conhecer os instrumentos processuais que se prestam à imposição judicial e administrativa dos valores constitucionais, traduzidos em direitos fundamentais. Enquanto são apresentados à normatividade constitucional, os alunos são (ii) orientados pela Instituição a olhar o seu entorno e identificar condutas e omissões que revelam descumprimento das normas constitucionais. Após a eleição do caso que lhes parece adequado à intervenção socioconstitucional, eles são orientados, pelo professor da disciplina e por monitores da Instituição, a (iii) apresentar um formulário que contém (a) um breve relatório do caso, (b) o direito constitucional identificado na demanda, (c) a indicação das provas necessárias à comprovação da lesão à Constituição e os meios de obtê-las, (d) o instrumento processual adequado, (e) um breve estudo sobre o instrumento processual escolhido, (f) reflexões sobre a interdisciplinaridade suscitada pelo tema escolhido, (g) indicação de jurisprudência e da interpretação da norma Constitucional aplicável ao caso e também do pensamento constitucional acerca de temas idênticos ou similares. Este relatório faz parte do processo de avaliação dos docentes e serve como material de trabalho para a etapa seguinte, consistente na (iv) adoção de medidas judiciais

e/ou administrativas para corrigir a conduta, omissiva ou comissiva, que fere o texto constitucional. Essas medidas são acompanhadas pela FDV e pelos discentes.

O projeto “Constituição no Concreto” tem inspiração nas modernas teorias constitucionais, que enfatizam a democracia e a jurisdição constitucionais. Seu viés sociopolítico recebe inspiração de saberes metajurídicos que pugnam por um Direito conectado com política como forma de superação dos entraves emancipatórios criados por uma política divorciada da sociedade. Os autores e suas obras indicadas abaixo revelam preocupação com a pedagogia do ensino superior de Direito num ambiente social de crescente complexidade, no qual os valores constitucionais se apresentam como a bússola necessária aos avanços socioeconômicos e culturais.

Resultados e Discussões

Objetivamente, o Projeto já identificou dezenas de casos enquadráveis na metodologia do Projeto, tendo realizado, entre outras iniciativas, (a) representação ao Ministério Público para a instauração de inquérito civil para apuração de ato de comprovado e assumido ato de improbidade de parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo; (b) Preparação de ação popular contra processo de aquisição de material de alto valor econômico, pela União Federal, sem o devido processo licitatório; (c) Preparação e encaminhamento de denúncia às empresas e também ao Ministério Público Federal a respeito da negativa de cumprimento de normas de Direito do Consumidor quanto às informações constantes dos cartões de telefonia pré-pagos, uma vez que os consumidores deste serviço, a maioria pertencentes às classes socioeconômicas desfavorecidas, não dispõem de qualquer informação sobre, por exemplo, o custo do minuto de uso daquele sistema de telefonia.

A comunidade da Grande Vitória tem interagido positivamente com os alunos, uma vez que reconhecem, no projeto, uma possibilidade de melhoria em sua condição existencial. E os próprios alunos se vêem como agentes de transformação por meio da concretização das normas constitucionais. Alguns relatos, comoventes, revelam que os estudantes são vistos por determinadas comunidades como seu único canal com as forças que podem promover as mudanças desejadas.



Conclusão

O projeto está em evolução, embora já se possa reconhecer resultados positivos, tanto para a comunidade acadêmica que dele participa quanto para a sociedade, que recebe os benefícios decorrentes da mudança de conduta induzida pela dinâmica do projeto. Os poderes públicos já tem conhecimento das atividades e respeitam o objetivo perseguido, sendo que alguns se tornaram parceiros do Projeto, a exemplo do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. A comunidade representada por familiares, contatos sociais e empregadores dos discentes também ressoa com otimismo as informações que recebe acerca das atividades em curso.

A capacidade transformadora de intervenções socioconstitucionais sob os moldes propostos por este projeto reforça a crença em que as normas constitucionais, quando se fiscaliza o seu cumprimento, podem mesmo induzir a Sociedade e o Estado a novas formas de desenvolvimento e de relação entre os universos público e privado.

Neste momento, a FDV olha com otimismo para as perspectivas de continuidade e sustentabilidade das atividades, assim como avalia o potencial de replicabilidade do mesmo em outras regiões, por meio de parceria com instituições de ensino superior.

Referências

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição Dirigente e vinculação do legislador: Contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

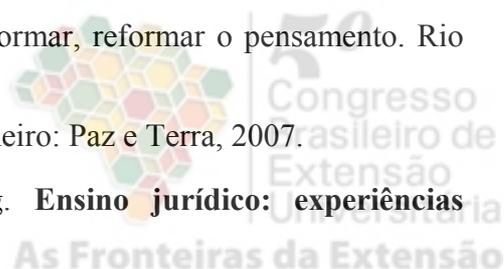
HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a integração pluralista e procedimental da Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: Repensar e reformar, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MIGUEL, Paula Castello; FERRARI, Juliana, org. **Ensino jurídico: experiências inovadoras**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



EDUCAÇÃO POPULAR – CRIANDO E RECRIANDO A REALIDADE SOCIAL NA BAIXADA SANTISTA (SP)

Responsável: Aldo José Ferreira Ferraz (PET - EDUCAÇÃO POPULAR)

Área: Direitos Humanos

1. Profª Drª Raiane Patrícia Severino Assumpção – Coordenação - raianeps@uol.com.br;
2. Fabrício Gobetti Leonardi – Apoio Técnico-Pedagógico - fabricioleonardi@gmail.com;
3. Aldo Ferraz - aldinhoferraz@hotmail.com;
4. Ana Carolina - psicocarolzinha7@gmail.com;
5. Bruno Karam - bruno-karam@hotmail.com;
6. Daiane dos Santos Silva - dai_sud2@yahoo.com.br;
7. Danilo Ribeiro - danielos.s@hotmail.com;
8. Edileuza Almeida - edileuza.almeida@gmail.com;
9. Elisa Silva Vidal - lolinha.elisa@gmail.com;
10. Flavia Peres Lopes - flap.lop@gmail.com;
11. Giovanna Teixeira Borri - giovannaborri@hotmail.com;
12. Heloise Helena Pereira - heloise-nunes@hotmail.com;
13. Kátia Cordeiro - katia.more@yahoo.com.br;
14. Lílian Rúbia da Costa Rocha - lilianrubia@gmail.com;
15. Marília Marques Nunes - lila_marques5@hotmail.com;
16. Marilyn Satiko Konishi - satiko.unifesp@gmail.com;
17. Mayara Alves da Silva - mayara_192@hotmail.com;
18. Natália Koto Alves - nati_koto@hotmail.com;
19. Thaís Ishimoto - thais_2203@hotmail.com;
20. Thalita Vianna Miranda - thalitavmiranda@gmail.com;
21. Wildney Moreira Araújo - ney_psico@hotmail.com.

Resumo: Este programa de extensão busca contribuir com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a efetivação da proposta interdisciplinar, presentes no projeto pedagógico institucional da Unifesp/ Baixada Santista. O objetivo é construir um processo de formação, por meio do diálogo entre o conhecimento acadêmico e o saber popular, a partir do referencial teórico-metodológico da educação popular freiriana, para gerar ações que transformem a “visão de mundo” dos sujeitos e a realidade social. Com o uso das múltiplas linguagens (arte, literatura, teatro, música, etc.) busca estimular reflexões que proporcione uma visão crítica e posturas propositivas em relação à dinâmica e estrutura da sociedade e seus projetos de vida. Foram desenvolvidas ações que abordaram algumas das expressões da questão social, e com isso possibilitou reflexões, a apropriação e a construção de conhecimentos que subsidiaram a formação dos estudantes e contribuíram

com a transformação da realidade dos sujeitos envolvidos - parcela da comunidade universitária e da comunidade local da Baixada Santista.

Introdução

A formação acadêmica deve ser um processo ancorado não somente nos saberes específicos e técnico-científicos de um dado campo do conhecimento, mas também de saberes e vivências que constituem o ser social inserido na dinâmica universitária e na realidade social. Partindo dessa concepção é que o projeto pedagógico institucional da UNIFESP/Campus Baixada Santista busca garantir uma formação além da excelência técnica - condição precípua da graduação -, por meio de um trabalho interdisciplinar e pautado na realidade social.

Na perspectiva de contribuir com a efetivação desta proposta interdisciplinar e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é que se situa o PET – Programa de Educação Tutorial - em *Educação Popular: Criando e Recriando a Realidade Social*. Este programa é um espaço educacional em que docentes, técnicos, estudantes e comunidade vivenciam, por meio da educação popular, processos de ensino e aprendizagem e de construção do conhecimento e de intervenções concretas.

A partir do referencial teórico-metodológico da educação popular freiriana, este programa tem o objetivo de construir processos de formação na perspectiva de alterar os modos de (re)produção da vida social dos sujeitos envolvidos, gerando uma postura reflexiva nos mesmos, o seu engajamento em processos coletivos, a busca permanente por novos conhecimentos e o envolvimento/realização de outros processos formativos dessa natureza.

O programa aborda, por meio de análises e mediações da realidade concreta, algumas das expressões da questão social. Atualmente está composto pelas seguintes frentes de extensão: 1) Formação de agentes do Programa Guardião Cidadão da Secretaria de Segurança Pública de Santos-SP – (jovens de 18 a 21 anos), abordando temas como: ética e Direitos Humanos; 2) Realização de atividades formativas e lúdicas com adolescentes e jovens das escolas pertencentes à Rede Municipal de Santos-SP, abordando temáticas que gerem reflexões sobre a trajetória de vida, relações humanas e Direitos Humanos; 3) Realização de atividades formativas, por meio de linguagens artísticas e midiáticas, com jovens pertencentes às organizações que atuam no Conselho Municipal de Juventude da cidade de Santos-SP, abordando temáticas referentes à juventude, gestão das

políticas públicas e participação popular; 4) Formação para mulheres do movimento social da Baixada Santista/SP, denominado “Mães de Maio” para o fortalecimento da sua atuação para a busca de mecanismos para a garantia, a promoção e a defesa dos Direitos Humanos.

Metodologia

O referencial utilizado (educação popular freiriana) está fundamentado na concepção dialética e no referencial histórico-crítico, que parte da realidade sócio-histórica dos sujeitos para construir espaços de reflexão, construção e reformulação do conhecimento, como também estratégias concretas de intervenção inovadora e transformadora da realidade social.

A práxis (ação-reflexão-ação) é o elemento condutor das ações, que são realizadas a partir dos seguintes procedimentos/processos:

□ *Estudo da realidade*: a prática social é o ponto de partida para o desenvolvimento das ações. É partir da problemática concreta de um grupo que se busca o universo de temas a serem trabalhados e o tema gerador, que é o segundo momento.

□ *Aprofundamento teórico*: realizar a teorização sobre a prática permite descobrir as contradições internas da prática social, indo além da aparência dos fatos até atingir seus elementos essenciais, passando do conhecimento empírico ao conhecimento teórico.

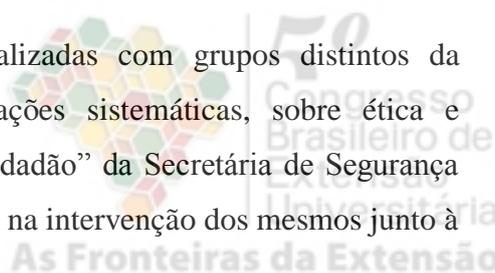
□ *Utilização de saberes*: fazer da teoria uma referência para as ações práticas é completar o movimento de ação-reflexão-ação. Nesse momento volta-se a caminhar do plano mais geral para o específico.

□ *Sistematização*: organizar os conhecimentos produzidos pela prática. Refletir sobre a ação para qualificá-la retomando os momentos pedagógicos ao produzir novos conhecimentos.

Por meio da organização de espaços de diálogo, concebidos por Freire como os Círculos de Cultura, ocorre o encontro entre os sujeitos do conhecimento (acadêmico e popular) – um ensinar e aprender concomitante e coletivo.

Resultados

As atividades de extensão estão sendo realizadas com grupos distintos da comunidade da Baixada Santista. Ocorreram formações sistemáticas, sobre ética e cidadania, com 198 jovens do programa “Guardião Cidadão” da Secretária de Segurança Pública de Santos, que implicou na mudança de postura na intervenção dos mesmos junto à comunidade.



Houve o acompanhamento feito pela frente de juventude e educação das deliberações do Conselho Municipal de Juventude da cidade de Santos-SP e articulação para a realização de atividades formativas, por meio de linguagens artísticas e midiáticas, com 30 jovens pertencentes às organizações que atuam neste conselho, abordando temáticas referentes à juventude, gestão das políticas públicas e participação popular. Foram realizadas também atividades formativas e lúdicas com cerca de 50 adolescentes e jovens das escolas pertencentes à Rede Municipal de Santos-SP - Colégio de Santos com o 9º ano e Escola Leonardo Nunes com a EJA – Zona Noroeste.

A frente de educação prisional e gênero estabeleceu um diálogo com as instâncias policiais e jurídicas, com intuito de desenvolver o processo de formação junto às mulheres encarceradas e técnicos da Cadeia Pública Feminina de Santos. Foi autorizado para o segundo semestre de 2011 a realização de formações sistemáticas com os agentes penitenciários dos presídios da Baixada Santista, sobre ética e direitos humanos, com o objetivo de alterar a postura na intervenção dos mesmos junto aos encarcerados. O grupo também vem dialogando com o movimento social da Baixada Santista/SP, denominado “Mães de Maio” para realizar a partir de agosto/2011 cursos de formação para 20 mulheres, com a intenção de fortalecer a sua atuação para a busca de mecanismos para a garantia, a promoção e a defesa dos Direitos Humanos. Além disso, o grupo que compõem esta frente analisou várias redações do concurso *Escrevendo a liberdade*, que foi realizado em todos os presídios do Brasil, a partir da metodologia do discurso do sujeito coletivo, com o propósito de aproximar o grupo à realidade prisional.

Essas ações geraram também diversos projetos de pesquisas (realizadas como iniciação científica), o que tem favorecido a formação político-pedagógica e teórico-metodológica dos discentes da UNIFESP e a compreensão da constante reconstituição dos sujeitos como seres históricos. Essa construção do conhecimento, de forma compartilhada, também tem potencializado o poder dos sujeitos em transformar a realidade, na medida em que interpreta as ações empreendidas nas relações sociais.

A avaliação realizada processualmente tem indicado um aprofundamento e fortalecimento das relações entre a Universidade e a comunidade - um diálogo efetivo entre instituições e sujeitos que ocupam diferentes lugares, olhares e saberes para a construção de conhecimento e intervenção social.



Conclusão(ões)

O desenvolvimento do programa permitiu reafirmar o potencial da educação popular como um referencial teórico-metodológico que possibilita a criação de um processo que, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (atividades junto à comunidade), potencializa o poder dos sujeitos, comprometidos com a realidade, de transformar a realidade na medida em que reconhece o completar-se mediante o processo de socialização e de desvelamento da realidade, por meio de seu adentramento crítico. O processo em curso tem construído formas de romper com a lógica da fragmentação e do pragmatismo, assumindo o descompromisso social, com rigor científico, no processo de recriação do conhecimento.

Palavras-chave: Educação Popular, conhecimento, transformação social.

Referências Bibliográficas

- ASSUMPÇÃO, Raiane (org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.
- BEZERRA, Aída & BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.) *A questão política da Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FREIRE, Paulo & NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em Educação Popular*. 9ª edição, Petrópolis. RJ: Vozes, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo, Cortez: autores associados, 1983.
- JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. ALFORJA. San José, Costa Rica, 1998.
- LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana M. C. *O Discurso do Sujeito Coletivo*. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul, Educus, 2003.
- MELO NETO, João Francisco de. *Educação Popular: enunciados teóricos*. João Pessoa – PB: Editora Universitária UFPB, 2004.
- TORRES, Carlos Alberto. *Pedagogia da luta: da pedagogia do oprimido à escola pública popular*. Campinas, Papyrus, 1997



EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NA VILA ACABA MUNDO: UMA EXPERIÊNCIA DE USUCAPIÃO COLETIVO

RESUMO

O Programa Pólos de Cidadania atua na Vila Acaba Mundo, desde 2005, com o projeto de Regularização Fundiária Sustentável. Essa comunidade começou a ser formada na década de 1950 e nela vivem cerca de 1400 pessoas. As primeiras ações realizadas na Vila eram relacionadas com a geração de trabalho e renda, mas com a convivência mais próxima da comunidade, ficou clara a demanda por segurança da posse. Assentada em área nobre de Belo Horizonte, a Vila sofre com a pressão do mercado imobiliário e com processos judiciais de reintegração de posse. Desse modo, o objetivo do Programa Pólos na atualidade é apoiar a comunidade na luta pela efetivação do direito à moradia digna, por meio de atuações judicial e extrajudicial, diálogos interinstitucionais, fortalecimento de redes e mediação comunitária. O que se busca é a construção de uma identidade coletiva da Vila Acaba Mundo, a qual agregue todos os moradores enquanto sujeitos ativos da luta comum pela moradia digna. O presente trabalho foi elaborado a partir desta experiência de extensão na Vila Acaba Mundo, utilizando referências bibliográficas, entrevistas realizadas com lideranças locais e registros de reuniões e encontros. O processo de mobilização na Vila está sendo o grande desafio, por essa ser uma área fragilizada e que já foi objeto de várias ameaças. Para efetivar a moradia em um local carente a comunidade deve estar mobilizada e ser partícipe das ações para conseguir o acesso à justiça e requerer o usucapião especial, instrumento eficaz para a efetivação da moradia.

Palavras-chave: Moradia – Acesso à justiça – Mobilização

Introdução

A Vila Acaba Mundo é uma comunidade que apresenta alto grau de vulnerabilidade social localizada na zona sul de Belo Horizonte, entre diversos bairros da alta sociedade. Desse modo, os moradores da Vila vivem sob constante pressão do mercado imobiliário e não possuem segurança da posse.

Os moradores da Vila Acaba Mundo são constantemente submetidos a uma intensa pressão do mercado imobiliário. Diversas ações reivindicatórias, movidas pelos antigos proprietários, têm ameaçado os moradores, que, citados apenas por edital, só tomam

conhecimento da existência da ação quando já há mandado judicial de demolição dos barracos. O devido processo legal é lesado pela não participação dos possuidores na apresentação da defesa. Atualmente, 71 famílias da Vila encontram-se sob o risco eminente de perder sua moradia.

O direito à moradia configura-se entre os direitos sociais fundamentais, está expressamente disposto no art. 6º da CF de 1988 e atualmente vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões jurídicas e sociais, em face do déficit habitacional das cidades, da irregularidade fundiária e da dificuldade de acesso a uma moradia digna para as parcelas mais pobres da sociedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil recepcionou o direito à moradia enquanto um direito social via a Emenda nº 26, de 14.02.2000, que alterou a redação do artigo 6º, que elenca os direitos sociais. Assim, o legislador atento a situação caótica das cidades brasileiras, em especial ao alarmante déficit habitacional, conferiu caráter de direito fundamental social expresso ao direito à moradia.

Para garantir a efetivação do direito à moradia a Constituição da República de 1988 propôs algumas inovações, como a função social da propriedade e o instrumento do usucapião especial para fins de moradia. Esse instrumento possibilita o acesso ao direito de propriedade para aquelas pessoas de baixa renda que exercem posse contínua de áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados para sua moradia, por um prazo mínimo de cinco anos, sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

O usucapião especial coletivo é um importante instrumento capaz de efetivar o direito à moradia, proporcionando a regularização fundiária e a legalização da “cidade ilegal”. Por um lado, a própria legislação urbanística possui um caráter elitista e gera segregação social do espaço, mas por outro, é também a legislação capaz de reverter esse contexto e favorecer as pessoas que ocupam imóveis clandestinamente, garantindo-lhes o direito a uma habitação de qualidade. Apesar de respectivo instrumento estar regulamentado legalmente no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), ainda é pouco utilizado no país. Isso denota o conservadorismo da ordem jurídico-urbanística, que segue privilegiando uma visão privatista da propriedade imobiliária urbana, em que o direito individual de propriedade se sobrepõe ao direito à cidade, entendido como um direito difuso, e ao direito fundamental à moradia digna.

Tendo em vista a possibilidade de ingresso da ação de usucapião coletivo em prol da efetivação do direito à moradia para os moradores da Vila Acaba Mundo, o Pólos de Cidadania, enquanto programa de extensão universitário, se propôs a mobilizar e instruir os moradores, para o ingresso da respectiva ação.

O Programa Pólos de Cidadania surgiu na década de 1990 e dispõe de um olhar diferenciado no âmbito da pesquisa e extensão universitários. Utiliza pressupostos metodológicos da pesquisa-ação que visam, a partir da interrelação entre o pesquisador e os participantes representativos da situação-problema, fornecer subsídios para a emancipação social de grupos em situação de vulnerabilidade, tornando-os sujeitos ativos e transformadores da própria realidade.

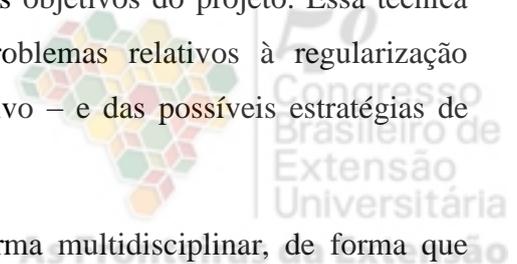
Desse modo, através do Núcleo de Direito à Cidade do Programa Pólos, composto por um técnico em direito e estagiários de direito, ciências sociais, geografia, arquitetura e psicologia, foram realizados termos de cooperação com a Divisão de Assistência Judiciária da UFMG e com o Escritório de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais para o acompanhamento e a instrução processual, garantido à comunidade da Vila Acaba Mundo o acesso à justiça e à moradia.

Material e Metodologia

O Programa Pólos de Cidadania atua na linha metodológica da pesquisa-ação. A pesquisa-ação consiste em uma técnica que tem referência empírica e é desenvolvida em estreita correlação com uma ação ou com a solução de problemas coletivos. São pressupostos da pesquisa-ação: 1) a existência de um problema coletivo; 2) o envolvimento solidário e dialógico de todos os participantes (pesquisadores e pessoas da comunidade); 3) a participação, das pessoas da comunidade, na investigação como sujeitos e não como meros informantes (GUSTIN; DIAS, 2002).

No caso concreto da Vila Acaba Mundo, a pesquisa-ação se apresenta como a técnica de atuação em campo mais viável para a consecução dos objetivos do projeto. Essa técnica permite que haja uma abordagem simultânea dos problemas relativos à regularização fundiária na vila – com a aplicação do usucapião coletivo – e das possíveis estratégias de solução de tais problemas.

O desenvolvimento das atividades ocorre de forma multidisciplinar, de forma que técnicos e estagiários possam trazer questionamentos e perspectivas de diversas áreas do



conhecimento. A multidisciplinaridade garante que a busca pela excelência técnico-acadêmica, próxima da realidade. O resultado é a produção de conhecimento transdisciplinar, com o envolvimento de todos os membros em todas as fases do projeto, visando não à simplificação do objeto de estudo, mas a compreensão de sua complexidade.

As atividades empregadas para o sucesso do trabalho se baseiam na pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, em entrevistas realizadas com os moradores, na participação de reuniões e ações realizadas por entidades reconhecidas pela Vila, em processos de mobilização social, na realização de plantões na comunidade para esclarecimento de dúvidas, mediação de conflitos e recolhimento da documentação necessária, organização de assembléias e teatro de rua educativo.

A equipe passou pelas casas da Vila e organizou assembléias explicando e orientando os moradores sobre como funciona a ação de usucapião coletivo. Para a mobilização da comunidade a Trupe a Torto e a Direito, também do Programa Pólos, se apresentou e fez um cortejo lúdico e educativo retratando a importância do envolvimento de todos. Mesmo atuando ativamente na mobilização dos moradores, esse ainda é o maior desafio, conquistar a confiança desses no Programa e na justiça.

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa têm confirmado a hipótese de o usucapião coletivo ser o instrumento mais adequado para regularização fundiária da área. Com esses resultados em mão, abre-se a possibilidade de colocar em prática o objeto de estudo, isto é, ajuizar a ação. Para isso, estão sendo realizados processos de mediação, mobilização e participação intensos da comunidade.

Foi identificado que as políticas públicas implantadas no município de Belo Horizonte não atendem às necessidades das comunidades carentes, geram um grande número de remoções para locais pouco providos da prestação de serviços básicos. Como o Poder Público não demonstra interesse em regularizar a Vila Acaba Mundo e diante do aquecimento do mercado imobiliário elitizado na região, somente através da ação de usucapião especial coletivo é possível a garantia do direito à moradia dos moradores da Vila. Todos os requisitos para respectiva ação são cumpridos pela comunidade em questão e com a devida instrução desta, mediante intervenções de mobilização social, está próximo o momento de ingresso do pedido de usucapião especial coletivo.

Conclusão

A comunidade da Vila Acaba Mundo é hoje parceira do Programa Pólos na concretização do direito à moradia. Entidades que atuam na Vila, lideranças comunitárias e moradores estão empenhados na instrução da ação de usucapião coletivo. Ainda existem pessoas resistentes ou descrentes do sucesso da ação, mas a presença dos moradores nos plantões realizados pelo Programa e nas assembléias é significativa.

Os pesquisadores envolvidos estão tendo a oportunidade de se desenvolverem academicamente, escrevendo, lendo e publicando. Além do ganho acadêmico, o constante contato com a comunidade e a necessidade de constante articulação interinstitucional (com órgãos da prefeitura, do judiciário e entidades da sociedade civil organizada) possibilitam crescimento pessoal.

O usucapião especial coletivo é um instrumento novo e o relato da experiência vivida pela equipe da extensão do Programa Pólos poderá servir de exemplo e contribuir para o sucesso de ações desempenhadas em outras localidades do país, afinal, a irregularidade urbana e o déficit habitacional não são problemas exclusivos da Vila Acaba Mundo.

Referências

BRASIL, Constituição Federal, 1988.

BRANDÃO, C. A. (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CORDEIRO, C. J. *Usucapião constitucional urbano*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

COUTINHO, R., BONIZZATO, L. *Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

DURAND-LASSERVE, A.; ROYSTON, L. *Holding their ground: secure land tenure*. Earthscan Publications, 2002.

DALLARI, D. Usucapião coletivo. *Revista de informação legislativa*, v.29, n.115, p.373-380, jul./set., 1992.

DALLARI, A.; DI SARNO, D. *Direito urbanístico e ambiental*. São Paulo: Fórum, 2007.

FERNANDES, E. *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo curso de Direito processual civil*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.



GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F.. *(Re)Repensando a pesquisa jurídica: teoria e prática.* – Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HUMBERT, G. L. H. *Direito urbanístico e função socioambiental.* São Paulo: Fórum, 2009.

KRAMER, M. *Dispossessed: Life in Our Worlds Urban Slums.* Orbis Books, 2006.

LOMAR, P. J. Usucapião coletivo e habitação popular. *Revista de Direito Imobiliário*, v.24, n.51, p.133-149, jul./dez., 2001.

MATTOS, L. *Nova ordem jurídico-urbanística: função social da propriedade na prática nos tribunais.* Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

PAIXÃO, L. O usucapião coletivo e as normas ambientais. *Revista de direitos difusos*, v.34, n.6, p.73-95, nov./dez., 2003.

PRESTES, V. B.; VIZZOTTO, A. T. *Direito Urbanístico.* São Paulo: Verbo Jurídico, 2009.

RIBEIRO, L.C.; CARDOSO, A. *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.* Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

RODRIGUES, F. L. *Estudos de Direito Constitucional e Urbanístico.* Rio de Janeiro: RCS, 2007.

SILVA, J. A. *Direito Urbanístico brasileiro.* São Paulo: Malheiros, 2008.

UN HABITAT. *Analytical Perspective of Pro-poor Slum Upgrading Frameworks*, 2006.

G8-GENERALIZANDO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: BECKER, P. V.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Nome dos Autores: ANTUNES, G. S.; BAISCH, V. M.; BECKER, P. V.; CASTRO, D. D.; CRUZ, L. D.; DIAS, L. P.; GOULART, L.; KESSLER, H.P.; LEAL, P. M.; SANTOS, C. N.; SILVA, M. T.; SOBOTTKA, D. M.; TEIXEIRA, L. C.;

Resumo:

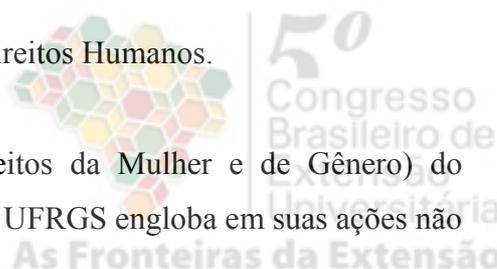
O projeto intitulado “G8-Generalizando: Direitos da Mulher e de Gênero” integra o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), programa de extensão fundado em 1950 e atualmente constituído por cerca de 180 voluntários/as. São desenvolvidos pelo projeto atendimentos jurídicos, pesquisas sobre gênero e sexualidade, atividades com educação popular em comunidades vulneráveis, bem como intervenções no espaço acadêmico. O público-alvo do projeto é constituído por mulheres em situação de violência e pela população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) em situação de vulnerabilidade decorrente da discriminação por identidade de gênero e por orientação sexual. Busca-se com este trabalho apresentar as possibilidades de promoção dos direitos sexuais e de gênero produzidas através da prática extensionista, constituindo um agente difusor dos Direitos Humanos de grupos socialmente vulneráveis. Nesse sentido, o projeto G8-Generalizando vem obtendo resultados positivos na efetivação do acesso à justiça de mulheres em situação de violência e da população LGBT que sofre com discriminação por homofobia e pela busca do reconhecimento de sua identidade de gênero. Os resultados advêm do ajuizamento de ações judiciais, do acolhimento e da escuta de demandas, da realização de oficinas comunitárias e de eventos acadêmicos com vistas à sensibilização de estudantes e profissionais.

Palavras-chave: Gênero, LGBT, Direitos Humanos.

Introdução:

O projeto G8-Generalizando¹ (Grupo de Direitos da Mulher e de Gênero) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS engloba em suas ações não

¹ Endereço virtual do projeto de extensão: <http://g8generalizando.blogspot.com/>



somente a temática dos Direitos da Mulher, mas também todas as sexualidades e possibilidades que o masculino e o feminino apresentam. Assim, entendendo gênero em sentido amplo, o público-alvo do projeto é composto por mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, especialmente aquelas que são vítimas de violência, bem como a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) que se encontra em condições de vulnerabilidade, seja pela vitimação decorrente da homofobia, seja pelas violências cotidianas sofridas em diversas esferas.

A necessidade de trabalhar os Direitos das Mulheres parte da compreensão de que há uma demanda histórica por igualdade e de que a violência contra mulher é uma questão social grave, cuja dimensão não se restringe ao âmbito privado, mas também ao público. Entende-se esta violência nos termos expressos pelas Nações Unidas em seu Relatório de 1993:

“Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada.”

A necessidade de trabalhar os Direitos LGBT fundamenta-se nas condições de vulnerabilidade socio-histórica a que essa população está exposta, seja pela homofobia, pelas violências cotidianas sofridas, intrínsecas a uma sociedade heteronormativizada e, ainda, pelo abandono legal a que estão submetidas/os.

São realizados atendimentos interdisciplinares semanalmente na sede da instituição, que podem culminar ou não em ajuizamento de ações. Ressalta-se que o grupo busca, sempre que possível, formas alternativas de resolução de conflitos como maneira de amenizar os danos e desgastes decorrentes do processo judicial. Destaca-se, ainda, que o projeto trabalha sob a ótica da interdisciplinaridade, sendo composto por estudantes e profissionais extensionistas da área do Direito, da Psicologia e das Ciências Sociais. Nesse sentido,

A interdisciplinaridade [estrito senso], por sua vez, é entendida aqui como estrutural, havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalidade das relações de poder entre os campos implicados.²

O projeto abrange, ainda, a realização de atividades junto a comunidades vulneráveis promovendo oficinas com vistas à educação popular, distribuição de material informativo/pedagógico, promoção de debates acadêmicos, entre outras atividades com vistas ao empoderamento. Nessa perspectiva, compreende-se que

² VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Serviço social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. 2002, p. 47

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir.³

O projeto contempla em suas atividades parcerias junto a instituições que trabalham com os Direitos Sexuais e de Gênero, tais como ONGs, Núcleos de Extensão, Vara de Violência Doméstica e Delegacia da Mulher. Busca-se a realização de troca de idéias, experiências, informações e atividades em conjunto com a sociedade civil organizada e com os movimentos sociais de modo geral.

Em relação ao tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, o aprimoramento teórico em face da práxis é constante, de modo que o projeto mantém capacitações por meio de referenciais teóricos nos quais se destacam Michel Foucault, Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Roger Raupp Rios, entre outros autores. A ligação do projeto G8-Generalizando com a pesquisa e o ensino sempre esteve colocada em suas atividades, mantendo conexão por intermédio de sua orientadora Dra. Jaqueline Tiltoni, professora do Instituto de Psicologia da UFRGS.

O projeto gerou, ainda, publicações científicas com base na reflexão extensionista por meio da metodologia pesquisa-ação. São as publicações:

- a) ALIMENA, Carla Marrone. Conflitualidades em trânsito: discursos jurídicos e de gêneros no G8-Generalizando (SAJU-UFRGS). Programa de Pós-Graduação em Direito – UFRGS. 2011.
- b) BECKER, Patrícia Vilanova. Assistência e Assessoria Jurídica Universitária em Direitos da Mulher e de Gênero. In.: Revista do SAJU, V.6, 2010.
- c) DIAS, Lúcia Regina Ruduit. Assessoria Jurídica Universitária em Direitos de Gênero como uma Estética da Amizade. Dissertação de Mestrado PPG Psicologia Social e Institucional da UFRGS. 2011.
- d) OLIVEIRA, Renata Ghisleni de. Assistência Jurídica e Direitos da Mulher: (Trans)formações possíveis. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação de mestrado.

Por fim, os objetivos do projeto consistem em fomentar visibilidade e legitimidade jurídico-social às sexualidades historicamente marginalizadas; promover o debate acerca das questões de gênero dentro e fora do ambiente acadêmico; estimular o empoderamento do público alvo por meio de abordagens individuais e coletivas; criar e fomentar espaços de problematização das desigualdades de gênero a partir de uma abordagem interdisciplinar.

3 COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres. 2004, p. 07

Resultados e Discussões:

No ano de 2010 considera-se que os objetivos do projeto foram cumpridos satisfatoriamente, a partir dos resultados obtidos na realização de quatro oficinas de educação popular sobre gênero, direitos LGBT e direitos da Mulher nas comunidades da Vila São Judas Tadeu e do Campo da Tuca, bairros vulneráveis de Porto Alegre; no acompanhamento de 44 ações judiciais envolvendo as temáticas da violência doméstica, discriminação por homofobia e alteração de registro civil de transexuais; a partir da confecção e distribuição de Cartilha pedagógica com orientações sobre o combate à violência doméstica contra a mulher; na participação do projeto no Fórum Permanente de Combate à Violência contra a Mulher junto às diversas entidades da sociedade civil em defesa da mulher; na participação na organização da 14ª Parada Livre de Porto Alegre em parceria com ONGs e demais entidades; na confecção e distribuição de Cartilha pedagógica com orientações sobre os direitos da população LGBT; na realização do painel “A Criminalização da Homofobia” na II Semana de Direitos Humanos na Faculdade de Direito da UFRGS; na realização do painel “A Sexualidade tem todas as Cores”, promovido na Faculdade de Direito da UFRGS, entre outras atividades.

No ano de 2011, o projeto se renovou e segue a realização de atendimentos jurídicos na sede da instituição à população de mulheres em situação de violência, bem como à população LGBT. Prepara-se para dar início aos trabalhos com educação popular em comunidades no segundo semestre de 2011.

Conclusão:

O projeto G8-Generalizando vem questionando as barreiras heteronormativas nas quais o debate de gênero costuma ficar restrito. Nesse ponto, englobar em suas ações a temática dos Direitos da Mulher e, também, as questões LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) é uma forma de aproximação teórica entre feminismos, movimento LGBT e teoria queer.⁴ Assim, ao buscar a comunhão de profissionais e estudantes de áreas diversas consolida a prática interdisciplinar que é desejável na extensão universitária, como forma de romper o dogmatismo curricular que deve encontrar transformação na universidade brasileira.

⁴ “a teoria queer pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas 2001/2, p. 547.



Referências:

ALIMENA, Carla Marrone. Conflitualidades em trânsito: discursos jurídicos e de gêneros no G8-Generalizando (SAJU-UFRGS). Programa de PPG em Direito – UFRGS. 2011.

BECKER, Patrícia Vilanova. Assistência e Assessoria Jurídica Universitária em Direitos da Mulher e de Gênero. In.: Revista do SAJU, V.6, 2010.

BUTLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. NewYork: Routledge, 1990.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. A química das mulheres, Salvador, 2004.

DIAS, Lúcia Regina Ruduit. Assessoria Jurídica Universitária em Direitos de Gênero como uma Estética da Amizade. Dissertação de Mestrado PPG Psicologia Social e Institucional da UFRGS. 2011.

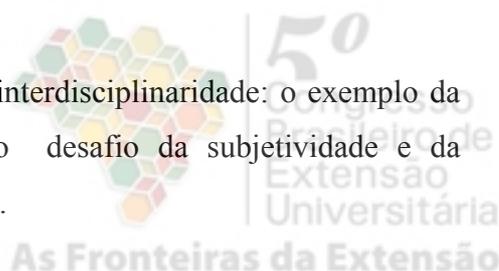
FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 2 – o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas 2001/2.

OLIVEIRA, Renata Ghisleni de. Assistência Jurídica e Direitos da Mulher: (Trans)formações possíveis. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação de mestrado.

RIOS, Roger Raupp. A Homossexualidade no Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Serviço social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002, p. 35-67.



**Nós Podemos – 8 Jeitos de Mudar o Mundo: Contribuição da Universidade
Regional de Blumenau - FURB**

Reynaldo M. Coimbra Neto

Prof^a. Dr. Claudia Siebert

Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli

Resumo

Este artigo retrata os resultados parciais de projeto tem como objetivo geral contribuir para que Santa Catarina atinja os Objetivos do Milênio. Foram formulados cinco objetivos específicos que permitem contextualizar a experiência e contribuir para que a FURB proporcione a conversão de seus projetos de extensão com as metas dos ODMs, disponibilizar informações sobre seus indicadores inserindo a Universidade nas iniciativas estaduais por meio do movimento “Nós-Podemos – SC”, que fomenta a organização institucional nos níveis público e privado, envolvendo Estado, empresas e terceiro setor. Do ponto de vista metodológico o Projeto prevê o trabalho com a comunidade universitária, enfatizando os 28 programas de extensão da FURB e os 64 projetos por eles abrigados, trabalhando, por meio da divulgação (home Page, eventos, entrevistas), mobilização dos projetos (seminários, reuniões com os gestores institucionais, coordenadores de projeto e participantes) em e articulação da universidade com o movimento estadual e contribuição para a criação do movimento municipal. São três os produtos esperados: 1) a ampliação do conhecimento da comunidade universitária sobre os ODMs, 2) fazer com que o segmento que realiza extensão universitária assuma a convergência de seus projetos, com os ODMs; 3) ampliar a articulação do cotidiano universitário com o movimento, estadual, nacional e municipal sobre os ODMs. O projeto permitiu à FURB adesão formal ao movimento Nós Podemos – SC, o início da construção do núcleo municipal Nós Podemos – Blumenau, a adesão de alguns coordenadores de projetos aos ODMs. Pretende-se o aprofundamento e consolidação deste quadro de divulgação, mobilização e articulação previstos.

PALAVRA-CHAVE: objetivos do milênio, observatório do desenvolvimento regional, Nós Podemos.

Introdução

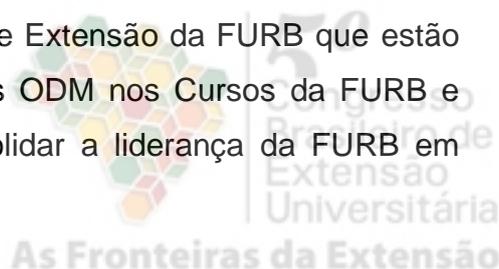
O trabalho apresentado retrata os resultados parciais do projeto "Nós Podemos – 8 jeitos de mudar o mundo" que integra o Programa de Extensão do Observatório do Desenvolvimento Regional. Dá continuidade ao trabalho iniciado em 2006 quando foi assinado o Memorando de Entendimento FURB-PNUD para a divulgação dos Objetivos do Milênio. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, aprovados na **Declaração do Milênio das Nações Unidas**, durante a realização da Cúpula do Milênio, com a participação de 147 chefes de Estado e de Governo e de 191 países, incluindo o Brasil, foram propostos a partir da visão de que é possível construir um mundo mais justo e igualitário, desde que a sociedade e os governos de países e regiões sejam capazes de traduzir as demandas políticas, econômicas, ambientais e sociais em ações concretas, no contexto de um grande mutirão mundial. Trata-se, portanto, de um compromisso mundial para uma Agenda mínima para o Desenvolvimento Sustentável.

A adoção da Declaração pelos Estados-membros da ONU marca um momento decisivo da cooperação global no século 21. A Declaração estabelece, no âmbito de uma única estrutura, os desafios centrais enfrentados pela humanidade no limiar do novo milênio, esboça a resposta a esses desafios e estabelece medidas concretas para medir o desempenho mediante uma série de compromissos, objetivos e metas interrelacionados sobre desenvolvimento, governabilidade, paz, segurança e direitos humanos (www.pnud.org.br/odm). Os ODMs são uma forma de atingir o desenvolvimento, por uma ótica não economicista, mas compreendo que "o desenvolvimento requer que se removam as principais formas de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressores" (ZEN, 2000, p.18). O Brasil é um dos países mais avançados no atingimento das metas estabelecidas neste termo de cooperação. Em Santa Catarina, o núcleo estadual que tratava dos Objetivos do Milênio se encontrava disperso e com pouca articulação, muito pelo fato de ainda não existir um Movimento Nós Podemos no estado, e por não haver também um agente que financiasse a criação do Movimento. A assinatura do Memorando de

Entendimento entre a FURB e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2006 representa um marco na divulgação dos ODM, em especial na região de Blumenau. Que também se encontrava na mesma situação.

Até 2015, os Estados-Membros da ONU assumiram o compromisso de atingir 8 objetivos, denominados ODM - Objetivos do Milênio, quais sejam: 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2 - Atingir o ensino básico universal; 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde materna; 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental; 8 - Estabelecer uma Parceria Mundial para o desenvolvimento;

Assim a FURB adere ao movimento estadual “Nós Podemos”, cujo propósito é a disseminação de iniciativas de desenvolvimento baseadas nos ODMs e sua divulgação, o que, por si justifica o projeto q este artigo descreve. A parceria com o PNUD contribuiu para o aporte de competências, tecnologias e estratégias institucionais que permitiram a criação do Observatório do Desenvolvimento Regional e a sensibilização de todos os coordenadores de extensão para o tema. Essa parceria com núcleo estadual vem propiciando a criação de um núcleo municipal – juntamente com o poder público, terceiro setor e sociedade civil. A FURB comprometeu-se a intensificar os esforços para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, através da orientação das políticas públicas locais; promover estudos, ações de planejamento e implantar instrumentos que favoreçam o monitoramento das Metas de Desenvolvimento do Milênio; difundir no âmbito local a Campanha dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; estimular a participação comunitária na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano municipal; identificar em qual(is) Objetivo(s) do Milênio se enquadram cada um dos Projetos de Extensão da FURB; apresentar os Objetivos do Milênio para os Coordenadores dos Projetos de Extensão, sugerindo a inclusão do respectivo logotipo em seu material de divulgação; divulgar, para o PNUD e a mídia especializada, dos Programas de Extensão da FURB que estão associados aos Objetivos do Milênio; divulgar os ODM nos Cursos da FURB e nas escolas de primeiro e segundo grau; consolidar a liderança da FURB em projetos de desenvolvimento regional



Metodologia

Trata-se de um projeto inserido num processo mundial, nacional e estadual de divulgação e mobilização social em torno dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Neste sentido pretende incluir a Universidade Regional de Blumenau neste mutirão. No âmbito nacional os ODMs são coordenados pelo governo e pela sociedade civil. Cabe ao Projeto aqui descrito desenvolver suas ações de maneira a atender as diretrizes nacional para a mobilização em torno dos ODMs. As realização dos ODMs centrada-se na mobilização social enquanto mobilização de vontades para a busca de um propósito, interpretação e sentido compartilhados. Portanto, a mobilização implica em socialização e divulgação de discursos e projetos capazes de articular e motivar a ação e o envolvimento efetivo para a consecução de objetivos aceitos e validados publicamente.

Fazem parte das ações de divulgação e mobilização do Projeto para o biênio 2011 e 2012: a) divulgação dos ODMs: - Manutenção e atualização da página da FURB para os ODMs; Criar páginas na redes sociais para divulgação dos ODMs e da participação da FURB; Organizar e participar de eventos.e publicações; b) mobilização dos ODMs: Articular os programas e projetos de extensão com os ODM,s; Coordenar a aplicação das metodologias de mobilização do Movimento Nacional na microrregião do Médio Vale do Itajaí; Mobilizar a Universidade para participação do Prêmio Nacional dos ODMs. c) articulação com o Movimento Nacional: Pesquisar e sistematizar as iniciativas universitárias no âmbito dos ODMs; Prover a biblioteca da FURB dos materiais (documentos e bibliografia) sobre os ODMs no país; Acompanhar e participar das atividades do Núcleo Estadual de Santa Catarina do Movimento "Nós Podemos" www.nospodemos.org.br/nos-estados/sc/santa-catarina; Disponibilizar a estrutura do Projeto para a implementação das ações previstas no Plano Estadual do Movimento Nós Podemos. Elaboração de Proposta para implantação do Observatório dos Objetivos do Milênio com base regionalizada.

Resultados Parciais

Os primeiros seis meses de implementação do projeto permitiram, como resultados parciais, a realização do primeiro seminário de integração dos projetos de extensão, em abril de 2011. A receptividade dos coordenadores foi positiva permitindo que a interface com os ODMs fosse evidenciada. Há a expectativa de



que os ODMs sejam incorporados nos próximos relatórios. A FURB participou do I Simpósio Estadual do movimento Nós Podemos, em Florianópolis, maio de 2011, e de quatro encontros estaduais da executiva do Nós Podemos – SC, formalizando o papel da FURB como protagonista regional, enquanto Universidade Pública. Fora realizados quatro seminários à comunidade externa, sendo um deles no gabinete do vice-prefeito com autoridades do executivo, outros dois em escolas, um na reunião de criação da executiva municipal do Nós- Podemos – Blumenau estando previsto mais outros dois seminários externos. Por fim, a FURB assumiu o compromisso de realizar, em setembro, executiva estadual do movimento em Blumenau, atuar na mobilização dos atores municipais, e em especial aos projetos de extensão da FURB a participarem do Prêmio ODM – Brasil, que deverá acontecer em agosto de 2011.

Conclusão

O Projeto mostra-se estratégico para as ações que visam propiciar conhecimento e engajamento da comunidade interna e externa da FURB em relação aos objetivos propostos pela ONU. O trabalho junto aos programas de extensão, revelou preocupação e comprometimento das equipes com as questões sociais, abrindo um horizonte para que estas compareçam em projetos de áreas bastante diversificadas antes consideradas apenas tecnicamente ou sem uma interface com questões relativas ao desenvolvimento, com as quais atinentes, e nas temáticas ampliadas da própria instituição. Por exemplo contribuindo para que a Universidade se pense objetivamente como um ente que contribui com o desenvolvimento regional. A adesão da FURB ao Movimento Nós Podemos SC vem sendo determinante para a criação do Movimento Nós Podemos - Blumenau, como instituição responsável pela produção, sistematização e divulgação de conhecimento que permita, de um lado instrumentalizar a ação dos diversos atores do movimento no cumprimento das metas com conscientização.

Referências Bibliográficas

Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



O CRAS E SEUS USUÁRIOS NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Área temática principal: Direitos Humanos e Justiça

Coordenador: Maria de Fátima Melo do Nascimento/ Docente

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Autores: Dr.^a. Maria de Fátima Melo do Nascimento¹; Waleska Ramalho Ribeiro²; Ana Paula de Oliveira³; Karla de Andrade Rodrigues³; Marianne Mayara Marques e Silva³; Priscylla Kelly Ferreira de Menezes³; Renata Guedes da Rocha Rodrigues³.¹

Resumo

Este projeto de extensão atua em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa- PB, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro de Cruz das Armas. Trabalha com famílias, residentes em aglomerados subnormais² situados em região sujeita a riscos e vulnerabilidades sociais. Desenvolve ações voltadas para melhorar as condições de vida e capacitar as famílias a enfrentarem adversidades presentes no dia-a-dia, estimulando-as e orientando-as a buscarem os serviços de proteção social, integrantes das redes socioassistenciais, nos referidos centros.

Palavras-chave: família, pobreza, habitação

¹ Professora responsável pelo projeto/UFPB; 2. mestranda, extensionista-colaboradora/UFPB; 3. Extensionistas/UFPB

² Segundo o IBGE (1991) constitui-se um aglomerado subnormal um conjunto de “unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terrenos e propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral de forma desordenada, densa e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.



Introdução

A ação desenvolve-se desde 2004, tem como eixo norteador a problemática da habitação e a melhoria das condições de habitabilidade e as formas de intervenção na Comunidade Lagoa Antônio Lins. Trabalha como intuito de contribuir para a efetivação da Política de Assistência Social, junto ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O CRAS “unidade pública da assistência social, de base municipal, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade social, destinada à prestação de serviços e proteção social básica”, isto é, prevenir situações de risco “por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004).

Entre as ações desenvolvidas no CRAS destaca-se o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), voltado para a prestação de serviços de acolhimento, fortalecimento, acompanhamento, inserção em serviços sócio-educativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, bem como encaminhamentos das famílias para os demais serviços socioassistenciais de outras políticas. O trabalho com as famílias deve superar o modelo único baseado na família nuclear, observando seus diferentes arranjos, segundo a PNAS (2004).

A área de intervenção do CRAS consiste em um espaço ambientalmente frágil, susceptível a alagamentos no período de chuva. Os domicílios são bastante precários e desprovidos de infra-estrutura. A ausência de saneamento e educação sanitária conduz ao lançamento direto de dejetos e água utilizada a céu aberto. Isto expõe os moradores à convivência com todas as formas de verminoses, diarreias, entre outras (FAC, 2002).

Este trabalho visa o estímulo à participação e formação de liderança comunitária para o desenvolvimento e crescimento da comunidade, propiciando informações sobre os direitos sociais, garantidos por lei, em especial pelo direito à moradia digna. Este direito está expresso na Constituição Federal, Art. 6º, Capítulo II, que diz: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Assim, através de programas, envolvendo universidade e comunidade, pode-se promover uma troca de conhecimentos e experiências que atuem na formação profissional a partir da realidade social. Esta troca, também, possibilitará uma aproximação com os programas de assistência social do município, compreendendo as estratégias de trabalho e mediações entre os técnicos executores e a comunidade. A presente ação também objetiva ampliar conhecimentos sobre as condições de vida da população em situação de pobreza, moradores do bairro de Cruz das Armas, mais especificamente, da Lagoa Antônio Lins. Desta forma, este trabalho busca compreender o pobre como sujeito de direitos, protagonista de sua história, através do acompanhamento e monitoramento da efetivação da política de Assistência Social na perspectiva de prevenção, mediante ações informativas pautadas na troca de conhecimentos e interação com outros profissionais/instituições.

Metodologia

A área na qual são desenvolvidas as ações consiste em um espaço bastante precário e desprovido de infra-estrutura, caracterizado pela ausência de saneamento e educação sanitária, que conduz ao lançamento direto de dejetos e água utilizada a céu aberto.

A formação e treinamento da equipe (extensionistas e demais participantes) ocorreu durante a ação, no período de oito horas por semana e quatro horas na universidade, refletindo sempre sobre as atividades realizadas, da mesma forma foi feita na comunidade com as famílias. Particularmente, com os estudantes extensionistas foram realizados estudos sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da Política Social da Assistência e sobre os temas básicos que envolvem a realidade da área. Foi oferecida orientação metodológica sobre dinâmica de grupo, abordagem com famílias, monitoramento, elaboração de relatórios, atas, além da utilização de materiais para desenvolver as atividades: relatórios do CRAS, dados do IBGE, entre outros.

Trabalhamos com metodologias qualitativas que priorizam a percepção do profissional articulando a teoria e a prática, sendo essa conexão um ingrediente essencial para o trabalho com populações carentes. É importante desenvolver a capacidade de reflexão das famílias despertando a consciência crítica. Soma-se a isso, a utilização de técnicas investigativas da observação, como entrevistas, questionários e registros de discussões, pois, para atingir os objetivos determinados é relevante também aprofundar o conhecimento teórico sobre pobreza, exclusão, inclusão, desigualdades sociais, renda

mínima, bem como, acompanhar as famílias referenciadas pelo CRAS. Diante do exposto, é perceptível que a metodologia utilizada possibilita o processo de avaliação contínua.

Resultados

Através das oficinas socioeducativas desenvolvidas pelos extensionistas foi realizado uma articulação com representantes de diversas secretarias municipais e órgãos do governo do estado, tais como, secretaria municipal do meio ambiente, secretaria de infraestrutura, companhia de água e esgoto, secretaria municipal de comunicação. A extensão também promoveu o envolvimento das famílias, no despertar para a compreensão da importância da participação efetiva por melhores condições de vida, bem como, o entendimento da complexidade que rodeia a solução das problemáticas por eles apresentadas.

Conclusão

Os contatos permanentes, as reuniões realizadas possibilitaram maior conscientização e abertura dos envolvidos com vistas a mobilizações da localidade em prol dos seus direitos. Com relação às iniciativas tomadas pelos moradores referentes à organização e localização do material reciclável, ocorreram mudanças significativas, pois perceberam o prejuízo do acúmulo indevido do lixo.

Referências

BRASIL. Constituição Federal (1988)

BRASIL. Política Nacional da Assistência Social-PNAS (2004)

Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS (1993)

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 30-06-2011



O DIREITO A TER DIREITOS

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Coordenação: Prof. Dra. Maria del Carmen Cortizo

Universidade Federal de Santa Catarina

Autores: Maria del Carmen Cortizo; Mariza Dreyer; Adriana da Silva

Resumo

O projeto de extensão que aqui apresentamos tem por objetivo proporcionar à população informações sobre os direitos humanos e sobre os procedimentos sócio-jurídicos pertinentes à efetivação dos mesmos a partir das demandas presentes nas comunidades, a fim de reforçar o conhecimento prático sobre os processos de concretização dos direitos junto aos órgãos públicos. Partimos do princípio de que os processos educativos para a cidadania são inquestionavelmente meios de transformação social, que expandem os horizontes de compreensão da sociedade e que tem a médio e longo prazo efeitos multiplicadores dos princípios democráticos que sustentam a nossa convivência e organização sócio-política. As declarações, documentos e leis sobre direitos humanos são fundamentais, mas a efetivação desses direitos não acontece de imediato. Em um país como o Brasil, a efetivação dos direitos mais elementares de enormes parcelas da população enfrenta sérios obstáculos de índole política, econômica e cultural. São necessárias, portanto, mudanças profundas nos diversos aspectos da vida social. Este projeto visa introduzir elementos que possibilitem a transformação social num desses aspectos: no espaço da cultura política através da informação e conscientização sobre os direitos humanos e sobre as políticas de proteção social, como assim também sobre os mecanismos concretos para aceder a essas políticas e efetivar esses direitos.

Palavras chave: direitos humanos, proteção social; cidadania.

Introdução

Os processos educativos para a cidadania são inquestionavelmente meios de transformação social, que expandem os horizontes de compreensão da sociedade e que tem a médio e longo prazo efeitos multiplicadores dos princípios democráticos que sustentam a nossa convivência e organização sócio-política.



As declarações, documentos e leis sobre direitos humanos são fundamentais, mas a efetivação desses direitos não acontece de imediato. Em um país como o Brasil, a efetivação dos direitos mais elementares de enormes parcelas da população enfrenta sérios obstáculos de índole política, econômica e cultural. São necessárias, portanto, mudanças profundas nos diversos aspectos da vida social. Este projeto visa introduzir elementos que possibilitem a transformação social num desses aspectos: no espaço da cultura política através da informação e conscientização sobre os direitos humanos e sobre as políticas de proteção social, como assim também sobre os mecanismos concretos para aceder a essas políticas e efetivar esses direitos.

O objetivo geral é proporcionar à população informações sobre os direitos humanos e sobre os procedimentos sócio-jurídicos pertinentes à efetivação dos mesmos a partir das demandas presentes nas comunidades, a fim de reforçar o conhecimento prático sobre os processos de concretização dos direitos junto aos órgãos públicos.

Os objetivos específicos são:

- Realizar um levantamento junto às associações de moradores de Florianópolis sobre as demandas sócio-jurídicas presentes no cotidiano nas comunidades.
- Realizar o levantamento das instituições de proteção social de Florianópolis.
- Elencar os procedimentos sócio-jurídicos pertinentes para o encaminhamento das demandas levando em conta a rede de proteção existente na cidade.
- Disponibilizar o material produzido no portal Floripa em Movimento.
- Produzir um manual de caráter formativo a fim de oferecer às associações de moradores instrumentos de defesa dos direitos humanos.
- Distribuir o material produzido.

Metodologia

O projeto é de caráter continuado já que precisa de permanente atualização e está sendo desenvolvido desde 2010 em parceria com o NESSOP (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organizações Populares, vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFSC).

A metodologia utilizada se desenvolve através das seguintes etapas:

- Levantamento junto as associações de moradores das demandas sociais cotidianamente apresentadas pelos moradores.
- Pesquisa e atualização semestral da rede de proteção social de Florianópolis (endereços, telefones, sites, etc.).
- Pesquisa sobre os instrumentos sócio-jurídicos mais adequados para dar encaminhamento



às demandas.

- Produção do material (manual).
- Alimentação continuada do portal Floripa em Movimento com os dados da pesquisa.
- Divulgação junto às associações de moradores.

Resultados

Com o desenvolvimento do projeto pretendemos a produção de um manual cujo conteúdo pretende introduzir elementos emancipatórios na cultura do público alvo, visando a transformação da cultura política da sociedade, expandindo informação sobre direitos e sobre práticas em defesa dos direitos. Além do manual estamos alimentando o portal Floripa em Movimento com os dados atualizados da rede de proteção de Florianópolis que inclui: Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Delegacias, Promotorias, Tribunal de Justiça, CRAS Centros de Referência da Assistência Social, Previdência Social, Assistência Jurídica Gratuita, Escolas e Creches, Educação para Jovens e Adultos, Centros de Educação Complementar, Projetos Sócio Educativos para Crianças e Adolescentes, Primeiro Emprego, Cursos Profissionalizantes, Abrigos, Adoção, Internação para Adolescentes, Programas de Liberdade Assistida, Atendimento a Alcoolistas e Dependentes de Drogas, Atendimento a Deficientes, Atendimento a Pessoas com HIV, Atendimento a Pessoas com Câncer, Centros Municipais de Saúde, Comunidades Terapêuticas, Hospitais, Institutos de Longa Permanência para Idosos, Programas Sociais para Idosos, etc.

Conclusões

Ao longo do desenvolvimento do nosso projeto participaram vários estudantes de diferentes cursos de graduação da UFSC, o que possibilitou uma rica experiência de extensão, entendida como processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, este tipo de atividade detém as condições para congregar cidadãos (da comumente chamada comunidade externa) e universitários em comunidades interpretativas que superem as usuais interações em que as pessoas são forçadas a renunciar à interpretação da realidade social que lhes diz respeito, através de complexos processos de incorporação crítica dos elementos emancipatórios desses saberes considerados a priori como não-ciência.

Deste modo as nossas atividades tem possibilitado além dos resultados já apontados, o aprimoramento da formação dos estudantes envolvidos e a qualificação da relação da

universidade com a comunidade.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Volume 1: A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.



O DIREITO NA “GUERRA”: PRÁTICA CONTEMPORÂNEA DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Área temática:

Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho:

Isabel Penido de Campos Machado

Instituição:

Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD)

Nome dos Autores:

(1) MACHADO, Isabel Penido de Campos; (2) VASCONCELOS NETO, Diego Valadares; (3) OLIVEIRA, Antonio Carlos Marcelino; (4) AQUINO, Bruno Rodrigues Carvalho; (5) GONÇALVES, Cláudia Paula Felix; (6) SÁ, Débora Vaz de Melo; (7) SALES, Fabiana Luiza Rodrigues.

Resumo

O projeto de extensão se baseia na prática contemporânea do Direito Internacional Humanitário e o método de aprendizado é principalmente o indutivo. O objetivo central foi criar um ambiente propício à difusão do estudo da matéria por meio de um curso de capacitação gratuito, aberto à sociedade civil. Como resultado, os participantes adquiram conhecimento por diversas formas, em particular: descobrindo e debatendo as normas jurídicas aplicáveis em casos hipotéticos e situações concretas (jurisprudência e fatos retirados de jornais e revistas); através de palestras dos professores coordenadores e por meio do debate. A participação foi essencial para a viabilização do curso, muito interativo. Conclui-se, pois, que a criação de um ambiente de extensão em uma instituição de ensino superior, do seguimento privado, também pode contribuir para complementar e aprofundar os temas que geralmente são ignorados ou minimizados nos currículos dos cursos de Direito.

Palavras-chave: **Direito Humanitário; conflitos armados; capacitação**



Introdução

O projeto de extensão é pioneiro, por tratar de ramo do Direito Internacional Público negligenciado pelos currículos das Instituições de Ensino Superior brasileiras.

O Direito Internacional Humanitário é o “Direito dos Conflitos Armados”, ou, na sua formulação clássica, é também conhecido como o direito na “guerra” (*jus in bellum*)¹. Como o Brasil não é um país que protagoniza conflitos armados internacionais nem situações claramente definidas como conflitos armados não-internacionais nos quais o Direito Internacional Humanitário seja claramente aplicável, acredita-se, equivocadamente, que não há utilidade prática para o aprendizado da disciplina por parte da população civil em geral.

No entanto, o estudo do Direito Internacional Humanitário dentro de academias civis e militares em nosso país se faz importante por ser processo indispensável para evitar-se, ou em qualquer caso minimizar, a ocorrência de catástrofes humanitárias na eventualidade de um conflito armado. O dever de difundir o Direito Internacional Humanitário é inclusive uma obrigação internacional do Brasil, assumida em diversos instrumentos, como no artigo 83 do protocolo adicional às convenções de Genebra.

Ademais, o estudo desse ramo jurídico também tem uma função humanizadora² do Direito como um todo. Por tratar de situações extremas, em que o Estado de Direito é apenas uma luz crepuscular, demonstra-se que, se até estas situações podem ser humanizadas, o Direito como um todo também o deve ser.

Finalmente, o estudo do Direito Internacional Humanitário tem uma função de formar pessoas aptas a compreender a complexidade do mundo contemporâneo, ainda repleto de conflitos armados em diferentes continentes. Durante o semestre em que o curso foi ministrado, a Costa do Marfim, maior produtor mundial de cacau, foi envolta em um conflito armado não internacional; Camboja e Tailândia, destinos turísticos que atraem muitos brasileiros, estiveram novamente envolvidos em um conflito fronteiro; a primavera árabe mudou a geopolítica no Oriente Médio em uma dinâmica estonteante, que se no Egito e Tunísia não chegaram a constituir um conflito armado, no Bahrein, Iêmen e Síria o nível de violência beirou a definição de conflito armado. Nem precisamos mencionar que a Líbia foi palco de um conflito extremamente complexo, presente na mídia durante todo o semestre. No Afeganistão as tropas americanas começaram a se retirar, apesar de os ataques do Talibã continuarem intensos. No Paquistão, a controversa operação que matou Osama Bin Laden foi deflagrada; e, no Haiti, as Forças Armadas do Brasil continuavam coordenando a missão de paz da ONU. Todos estes e outros fatos marcantes dos últimos meses foram discutidos à luz do Direito Internacional Humanitário e disciplinas correlatas (*jus ad bellum*, Direito dos Refugiados, Direito Penal Internacional, Direito Internacional dos Direitos Humanos).

O projeto envolveu a professora da FEAD Isabel Penido de Campos Machado, que, em parceria com Diego Valadares Vasconcelos Neto (agente governamental lotado na Diretoria de Promoção e Proteção de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais), propuseram um curso interativo para promoção de capacitação em Direito Internacional Humanitário. O curso contou com a participação de cinco alunos, oriundos de instituições diversas, que assinam como co-autores do projeto: Antônio Carlos Marcelino de Oliveira e Cláudia Paula Félix Gonçalves (alunos de

¹ Para uma análise mais detalhada, c.f.: DAL MASO JARDIM, Tarcisio, O Brasil e o Direito Internacional dos Conflitos Armados, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006.

² CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Direito da FEAD); Fabiana Sales e Débora Vaz de Melo Sá (alunas de Direito da UFMG) e Bruno Rodrigues Carvalho de Aquino (Faculdades Estácio de Sá). Além disso, contou com a colaboração (em dois encontros) de estudantes de outros cursos, que possuíam pesquisas na área: Ana Luisa Calixto Rodrigues (estudante de medicina na Universidade Federal de Minas Gerais) e Rodrigo Pithon (estudante de Filosofia também da UFMG). Ademais, foram realizados eventos em cooperação com o curso de Psicologia da FEAD, conforme explanado abaixo.

Por fim, o objetivo central almejado era a disseminação do estudo do Direito Internacional Humanitário. Buscou-se introduzir a disciplina para profissionais interessados em trabalhar em regiões onde haja situações de conflitos, difundir os valores humanitários dos quais este ramo jurídico está imbuído; demonstrar que há situações em que o Direito Internacional Humanitário não é aplicável; desenvolver o raciocínio indutivo e comparado no aprendizado de disciplinas jurídicas; estimular a compreensão dos limites do direito, por se tratar de uma disciplina aplicável a situações de conflito armado, nas quais é de se esperar que o Estado de Direito não exista.

Materiais e Metodologia

O projeto de extensão consistiu em um curso de capacitação, aberto à sociedade civil de forma gratuita e que contou com a participação de alunos da própria instituição, e outras Faculdades, tais como da Universidade Federal de Minas Gerais e Faculdades Estácio de Sá de Belo Horizonte.

O curso teve carga horária de 36 horas aulas, integralizadas em encontros semanais aos sábados (09:00 às 12:00), realizados na sala 1C da sede do Curso de Direito da FEAD, em Belo Horizonte. O período de realização foi do dia 30/04/2011 a 02/07/2011.

Para sua consecução, foram realizados nove encontros e um colóquio transdisciplinar (Colóquio de Estagiários de Psicologia da FEAD). As reuniões realizadas aos sábados dividiram-se em temas, organizados da seguinte forma: (1) Introdução ao Direito Internacional Humanitário; (2) “*jus in bello*” vs. “*jus ad bellum*” e a responsabilidade de proteger; (3) os conflitos da Líbia e da Costa do Marfim; (4) classificação de conflitos: Ex-Iugoslávia, Afeganistão e Geórgia (3) classificação de pessoas: a distinção entre civis e combatentes; (4) fontes: evolução dos tratados em armamentos, costume, princípios gerais, doutrina e jurisprudência; (5) condução de hostilidades (métodos de guerra): Bombardeios da OTAN na Sérvia e dos Estados Unidos no Iraque; (6) meios de guerra (armas): bombas atômicas, munições em cacho (cluster); (7) implementação: normas e tribunais; (8) refugiados e pessoas deslocadas; (9) Direitos Humanos em Situação de Violência Urbana e emergências.

A metodologia adotada foi indutiva, inspirada nos manuais da Cruz Vermelha, que fazem propostas de cursos de capacitação em Direito Humanitário³. Nota-se, inclusive, que o estudo desse ramo no Brasil ainda é muito pouco difundido nos cursos de direito, razão pela qual, em contato com representantes da Cruz Vermelha, recebemos o material necessário para o desenvolvimento do curso, consistente em vídeos (disponíveis no site) e

³ E.g. SASSOLI, Marco; BOUVIER, Antoine A.; QUINTIN, Anne, How Does Law Protect in Law? Genebra: CICV, 2011. E, ainda: HENCKAERTS, Jean Marie, DOSLWALD BACK, El Derecho Internacional Humanitario Consuetudinario, Buenos Aires: CICV, 2007. Adicionalmente: SWINARSKI, Christophe. A Norma e a Guerra. Genebra: CICV, 2004. GOODWIN-GILL, Guy; McADAM, Jane, The Refugee in International Law, Oxford: Oxford Press, 2007.



livros (devidamente traduzidos para o português e enviados à residência do Coordenador do curso via correio).⁴

O método consistia em propositura de um caso hipotético (simulação) no início do encontro, provocando os alunos para que eles buscassem induzir propostas de solução com base no conhecimento oriundo das leituras e discussões. A partir do raciocínio intuitivo, os professores buscavam mostrar quais os enfoques possíveis à luz do direito vigente; bem como quais as principais propostas e críticas trazidas pela doutrina. Os alunos desenvolveram habilidades de oratória e pesquisa, além do conhecimento sob o tema de pesquisa propriamente dito.

Por fim, o curso de extensão buscou dialogar com pessoas que atuam na prática dos conflitos armados. Foram realizados contatos com representantes do Médico Sem Fronteiras e da Polícia Militar, para apresentação do projeto e troca de experiências.

Buscando sedimentar uma visão transdisciplinar dos direitos humanos, propusemos à Professora Danielle Matos que o Colóquio de Estagiários de Psicologia da FEAD, cujo tema era Direitos Humanos e Psicologia, criasse um painel de debates em parceria com o curso de extensão ora em comento. A iniciativa foi muito bem recebida, sendo apresentados dois trabalhos: “A implementação do direito à saúde em conflitos armados por meio da organização dos médicos sem Fronteiras”, em inesquecível palestra de foto-imagens ministrada pela Dra. Eliane Sander Mansur e a palestra “Direitos humanos sob o enfoque jurídico”, de autoria da Prof. MsC Isabel Penido de Campos Machado (Coordenadora Adjunta do curso de extensão). Aliás, a palestra abriu espaço para propagar do trabalho dos “Médicos Sem Fronteiras”, que é muito importante para o cumprimento da missão institucional da organização não-governamental e para a conscientização e formação de uma consciência jurídica universal.

Resultados e Discussões

Se a situação problema era justamente a ausência de discussão sobre a questão nos Cursos de Direito, pensamos que o curso abriu portas dentro da instituição para estratégias de capacitação.

Como resultado, o projeto atingiu o seu objetivo de criar espaços para a disseminação do estudo do Direito Internacional Humanitário; bem como na difusão dos valores humanitários dos quais este ramo jurídico está imbuído. A meta de contextualização da norma em abstrato aos conflitos contemporâneos foi recheada com os acontecimentos do semestre, pautado por um estremecimento nas relações internacionais entre Estados e povos. Ademais, foram estudadas as situações em que o Direito Internacional Humanitário não é aplicável. As simulações e estudos de caso permitiram o desenvolvimento do raciocínio indutivo dos participantes.

Apesar da dificuldade inicial em encontrar adeptos a um tema jurídico que tem pouco apelo comercial, o curso sobreviveu e desenvolveu as suas atividades de forma satisfatória, recebendo um excelente *feedback* dos alunos engajados. Inclusive, vários participantes despertaram interesse na área, seja na manifestando entusiasmo em prosseguir os estudos, seja no despertar para a necessidade de produção acadêmica de textos, artigos e pesquisas jurídicas.

⁴ C.f. Sítio Eletrônico do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <www.cicv.org.br>. Acesso em: 04 mai 2011.



Conclusão

Com base na justificativa exposta na introdução, na metodologia detalhada e nos resultados obtidos, encerra-se o curso de extensão (em sua primeira edição) com a certeza que muitas lacunas ainda devem ser aprimoradas de forma a atrair um número maior de alunos em futuras reedições. Ainda assim, os resultados sentidos na motivação dos alunos, na integração entre cursos da própria instituição (Direito e Psicologia), bem como na apresentação e aprofundamento do tema demonstram o seu êxito.

Assim, a idéia materializada no projeto de extensão foi, sem dúvidas, um meio de se desconstruir a falsa compreensão de que o estudo das normas jurídicas aplicáveis aos conflitos armados (internos e internacionais) interessam apenas àquelas pessoas que vivenciam o contexto em apreço. Na verdade, a difusão de tal conhecimento é uma forma de extrapolar as fronteiras estatais na busca pelo entendimento de como o mundo é, bem como de como deveria ser. Ademais, a história dos conflitos é também a história dos lugares, das pessoas que o habitam e de seus dilemas. A capacitação proposta logrou êxito em humanizar o entendimento do Direito. Conclui-se, pois, que o curso conferiu um verdadeiro estímulo para ampliar as fronteiras do conhecimento jurídico.

Referências

SWINARSKI, Christophe. **A Norma e a Guerra**. Genebra: CICV, 2004.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Sítio Eletrônico do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <www.cicv.org.br>. Acesso em: 04 mai 2011.

SASSOLI, Marco; BOUVIER, Antoine A.; QUINTIN, Anne, **How Does Law Protect in Law?** Genebra: CICV, 2011.

DAL MASO JARDIM, Tarcisio, **O Brasil e o Direito Internacional dos Conflitos Armados**, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006.

HENCKAERTS, Jean Marie, DOSLWALD BACK, **El Derecho Internacional Humanitario Consuetudinario**, Buenos Aires: CICV, 2007.

GOODWIN-GILL, Guy; McADAM, Jane, **The Refugee in International Law**, Oxford: Oxford Press, 2007.

CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. Oxford: Oxford Press, 2008.



**PROJETO DE EXTENSÃO “MÚSICA, POESIA E CIDADANIA” – UM RELATO
SOBRE SUA ATUAÇÃO**

Direitos Humanos e Justiça

Marcia Clotilde Facci Capelette (Coordenadora da Ação de Extensão)

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Marcia Clotilde Facci Capelette (autora)¹

RESUMO

Oswaldo Montenegro, em seu poema “Metades”, escreve: “... *E que a arte nos aponte uma resposta, mesmo que ela não saiba, pois é preciso simplicidade para fazê-la florescer*”. Nisto reside um resumo do que buscam os participantes do Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”, institucionalizado em julho de 2005 através do MUDI da Universidade Estadual de Maringá-Pr, que tem como apoiadores a Ser - Sociedade Eticamente Responsável de Maringá, Delegacias das Receitas Estadual e Federal de Maringá, e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos do MCT, e está fundamentado nos Programas Nacional e Estadual de Educação Fiscal. A música e a poesia, aglomeradas após pesquisas e criações próprias, são a chave da metodologia utilizada, e os resultados obtidos parecem claros quando se constatam 275 apresentações, em diversos estados do País, atingindo um público de cerca de 95 mil pessoas. A atuação, através de apresentações artísticas, palestras e oficinas e o retorno obtido do público apontam para a certeza de que o projeto segue o rumo certo. Relatos de mudanças de atitude de participantes do público reforçam a idéia de que a arte pode transformar o mundo e, para tal, deve primeiro transformar o homem em “Homem de Bem”, ou *ABAECATU*, na língua Tupi-Guarani.

Palavras-chave: Cidadania, Música, Poesia.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil, datada de 1988, reza, em Art. 5º que “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à*

¹ Especialista em Gestão Pública pelo INSEP; Especialista em História e Sociedade pela Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: marciafacci@hotmail.com

5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”. A partir daí, são especificados direitos como a moradia, emprego, educação e saúde entre tantos outros, dos quais, nos dias atuais uma parte significativa da população brasileira se vê privada. Discurso vencido? Talvez. Mas, como se pode dar por vencido um discurso se o seu mérito ainda está por ser resolvido? Caso tivéssemos todos os cidadãos deste País vivendo em condições dignas, isso seria possível. No entanto, o que ainda vemos são pessoas morrendo em filas de hospitais, morando embaixo de pontes (isso quando não se constroem grades nestes locais justamente para evitar que moradores de rua lá se abriguem), crianças fora da escola, pois a família precisa da força do seu trabalho para sub-existir, enquanto a arrecadação de impostos atinge um patamar inimaginável para muitos, que sequer entendem o número de dígitos que os compõem. É notório que programas governamentais têm buscado minimizar tais situações, mas nos perguntamos: para onde vai todo o dinheiro destinado às ações sociais? Muitas vezes para bolsos particulares, normalmente daqueles que deveriam cumprir o papel para o qual foram eleitos, ou seja, prover a população de tudo que a Constituição lhe garante. E qual o papel de cada cidadão diante de tal situação? Buscar soluções parece não fazer parte da rotina de todo brasileiro. Como pode alguém apontar para os erros dos mandatários de uma Nação se, ao se ver envolvido, por exemplo, em uma infração de trânsito, logo leva à mão ao bolso para corromper o policial e evitar uma multa? Onde, então, a resposta? Buscamos na sensibilização. Daí nasceu o Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”, que deu origem ao Grupo Abaecatú.

Para Linhares apud Rocha (2001), a extensão nasceu no mosteiro de Alcobaça – Portugal, por volta de 1269, e foi adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina, onde a Extensão Universitária foi marcada pelo movimento estudantil de Córdoba, Argentina, em 1918. No entanto, para ele, a extensão universitária deve ser repensada, transformando acadêmicos e o restante da população em sujeitos na construção da sociedade justa, humana, pacífica e feliz de que se precisa hoje.

Deste projeto participam técnicos da Universidade Estadual de Maringá, auxiliados por acadêmicos e orientados por um professor da mesma instituição. O trabalho é desenvolvido a partir de pesquisas sobre a situação social, econômica e política do País, e sobre composições, musicais e poéticas que se relacionem ao tema. Toda pesquisa envolve cada um dos participantes do projeto. Pedagogicamente beneficia os acadêmicos que participam do projeto no momento em que oferece conhecimento e oportuniza o exercício dos direitos e deveres do cidadão, bem como a sua propagação.

5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

O objetivo do projeto é sensibilizar a população no sentido de que, através de pequenas ações, podemos mudar o mundo, desde o pequeno mundo da nossa casa até o grande mundo que é nosso País e o nosso planeta. Ações como não desperdiçar alimento, separar o lixo, preservar a coisa pública, apagar a luz da sala de aula que alguém esqueceu acesa, podem evitar desperdício de dinheiro público, que poderá então ser usado para melhorias e não mais para consertos. Apenas isto não bastaria, já que a corrupção está presente no nosso dia-a-dia. Daí a necessidade de participação, de acompanhamento da gestão dos tributos que todos pagamos. Assim, o projeto busca a sensibilização para a efetiva participação das pessoas nas ações que dizem respeito à sociedade.

MATERIAL E METODOLOGIA

Os materiais utilizados são a música e a poesia, livros e internet, instrumentos musicais, equipamentos de som e figurinos. Para pesquisas, elaboração de roteiros e ensaios, cada um dos participantes dedica quatro horas semanais.

Inicialmente foram feitas pesquisas sobre composições musicais e poéticas que tratam do tema cidadania, bem como sobre a situação social, política, econômica e ambiental do País, e na sequência, elaborado um roteiro que intercala tais composições artísticas com as informações técnicas, resultando em um espetáculo artísticos que vem sendo revisto e atualizado desde então. São utilizadas composições consagradas e inéditas, além de algumas especificamente compostas para o projeto pelos seus próprios participantes como, por exemplo, o poema “Mulher”, desta autora, e a música carro chefe do projeto, “Abandono”, cujos direitos autorais foram adquiridos pela SER, e é uma composição de Antonio Camargo de Maio, Valcir José de Brito e Tijolo, este último participante do grupo.

O Grupo *Abaecatu* é constituído por 04 (quatro) componentes técnicos do projeto, que também são músicos e compositores. Os ensaios do espetáculo são feitos em espaço cedido pelo Museu Dinâmico Interdisciplinar, órgão ao qual está vinculado o projeto.

Os roteiros e atividades não são estanques, pois são feitas avaliações constantes entre os participantes e, se necessário, alterações, de forma a torná-los mais abrangentes e emotivos. Aqui vale lembrar uma música composta por José Farid Zaine e Joaquim Adauto Prado, utilizada no roteiro na forma declamada, que diz: “*Valerão as nossas armas, feitas de verso e canção? Valerá toda a poesia, registro de nossa emoção?*” Os participantes do projeto acreditam que sim.

5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

Para os figurinos contamos com a colaboração inicial de Reinaldo Soriani e da estilista e professora de dança Aurilene Meneguetti, ambos da UEM, e para o cenário e encenação, práticas agregadas às apresentações a partir do ano de 2010, contamos com as orientações do professor de artes cênicas da UEM, Pedro Carlos de Aquino Ochôa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 06 anos de existência, o projeto foi apresentado em forma de espetáculo, palestras e oficinas em 275 eventos, atingindo um público de cerca de 95 mil pessoas, entre estudantes, professores, auditores fiscais, políticos, empresários e comunidade em geral. É comum, logo após as apresentações, pessoas procurarem por informações sobre como desenvolver um trabalho semelhante, sobre o que não há registros concretos, mas depoimentos sobre mudanças de atitudes e sensibilização são comuns.

Dentre os resultados encontramos a alteração de situações como no próprio município de Maringá, onde foi criado, também pela SER, o Observatório Social de Maringá, que conta com o trabalho de sensibilização desenvolvido por este projeto. Exemplo disso é o prêmio pelo primeiro lugar no concurso Experiências em Inovação Social, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Organizações das Nações Unidas, com o apoio da Fundação Kellogg. Uma comitiva formada por Francisco Tancredi, do Comitê de Notáveis do Concurso, Maria Elisa Bernal, coordenadora do Prêmio CEPAL, e Pilar Bascuñan, Assessora de Comunicação, esteve em Maringá em abril de 2010, com o objetivo de conhecer de perto os projetos participantes do concurso. Durante esta visita, o Grupo *Abaecatu*, assim como os demais projetos que compõem o trabalho de educação fiscal e cidadania em parceria com a SER/Observatório Social de Maringá, participou de reuniões e apresentou-se para a comitiva. Os resultados deste concurso constam do livro “De La Innovación Social a La Política Pública – Histórias de Êxito en América Latina y el Caribe”, lançado recentemente nos Estados Unidos, nas versões em inglês e espanhol, de autoria de Nohra Rey de Marulanda e Francisco B. Tancredi.

Além disso, destacamos as apresentações no 8º Seminário Paranaense de Educação Fiscal e Congresso Brasileiro de Cidadania Fiscal e Controle Social, ocorrido em Jacarezinho no período de 16 a 18/11/2010, e que contou com a participação do Coordenador da Rede de Educação Fiscal do EURO Social, Borja Diaz Rivillas, também vindo da Espanha para o Brasil com o objetivo de conhecer de perto os trabalhos desenvolvidos pela UEM / SER / Observatório Social de Maringá.

5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

Artigos relacionados ao projeto, tanto no que se refere às pesquisas realizadas quanto aos resultados obtidos, foram apresentados e publicados em alguns eventos, dentre eles Revista Travessias (UNIOESTE. Online), v. 2, p. 01-23, 2007; IV Fórum do Programa de Pós-Graduação em História e XIV Semana de História da UEM, 2008, UEM – Maringá - PR; XXVIII SEMAD - Semana do Administrador da UEM, 2008, UEM – Maringá - PR; XXIX SEMAD - Semana do Administrador da UEM, 2009 – UEM – Maringá - PR; 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - CBEU, 2009 – UFGD - Dourados – MS; V Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em História e XVI Semana de História da UEM, 2010; e 8ª Semana de Ciências Sociais: uma década de existência, 2010 - UEM – Maringá – PR.

CONCLUSÕES

Einstein (1994) escreveu:

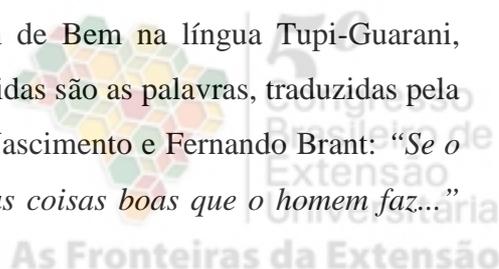
“Todas as religiões, artes e ciências são ramos da mesma árvore. Todas elas aspiram a enobrecer a vida do homem, elevando-a acima da esfera da mera existência física e conduzindo o indivíduo rumo à liberdade.” (Einstein. Escritos da Maturidade, 1994, p. 11)

Por assim pensar e por encontrar apoio para sua obra e eco nas suas vozes, os participantes deste Projeto de Extensão persistem no trabalho de buscar a liberdade, traduzida na participação da construção de um mundo justo.

Ainda Einstein, concluindo o pensamento anterior, cita o exemplo de um cientista alemão:

“Durante a guerra, alguém tentou convencer um grande cientista alemão de que a força preponderava sobre o direito na história do homem. ‘Não posso refutar a correção do que afirma’, respondeu ele, ‘mas sei que não teria nenhum interesse em viver num mundo assim!’ Possamos nós pensar, sentir e agir como esse homem, recusando-nos a aceitar uma transigência fatal. Que sequer nos esquivemos da luta, quando ela for inevitável, para preservar o direito e a dignidade do homem. Se assim fizermos, logo estaremos de novo em condições de nos regozijar com a humanidade.”(Einstein. Escritos da Maturidade, 1994, p. 12)

Os componentes do Grupo Abacatu, Homem de Bem na língua Tupi-Guarani, acreditam que as únicas armas que jamais serão esquecidas são as palavras, traduzidas pela música e pela poesia e, como bem colocaram Milton Nascimento e Fernando Brant: “*Se o poeta é quem sonha o que vai ser real, bom sonhar as coisas boas que o homem faz...*”
continuamos sonhando e acreditando.



REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** 20ª Edição. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EINSTEIN, Albert. **Escritos da Maturidade: artigos sobre ciência, educação, religião, relações sociais, racismo, ciências sociais e religião.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Imprensa Oficial do Estado do Paraná. **PEF/PR – Programa Educação Fiscal no Paraná.** Folder. Curitiba. 2005.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília. 2001.

UEM/PEC/PROMUD. **Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania.** Processo nº 1926/05.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **História da Extensão Universitária.** 1ª Edição. Editora Alínea, Campinas – SP, 2000.



Título	PROJETO DIMINUINDO DISTÂNCIAS SOCIAIS ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR EM DEFESA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA
Área temática	Direitos Humanos e Justiça
Responsável pelo trabalho	Celeste Maria Gama Melão
Instituição	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Nome dos Autores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nelson Saule Jr; 2. Edson Rildo Penha de Alencar; 3. Daniela de Melo Custódio; 4. Delana Cristina Corazza; 5. Karen Cristina Cruz Alves; 6. Marly Moreira Del Castillo Couto; 7. Renata Ghisleni de Oliveira; 8. Rosemeire dos Santos;
Resumo	<p>Pesquisa realizada pelo Escritório Modelo Dom Paulo isto Arns, do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito UC de São Paulo, <u>apoiado pela Secretaria de Direitos Humanos, residência da República</u>, em consonância com sua finalidade de <u>atar a dignidade humana, interagindo com as práticas sociais e ecendo o exercício real da cidadania, mediando o acesso à justiça, ciência e à autonomia popular...</u>”, objetivou avaliar a satisfação e o serviço prestado por meio do seu atendimento coletivo a um grupo social, ou uma comunidade, ou, uma organização, ou, um movimento popular, através da avaliação de 5 Comunidades atendidas, tendo de temas centrais próximos de suas realidades. Também contribuir com a produção científica do direito e aprofundar matizes do direito social urbano especialmente do direito à moradia. Levantaram informações sobre as reais dificuldades de efetivação dos direitos entrevistados e das suas condições sociais, aplicando a metodologia de uma <u>pesquisa qualitativa do tipo “Grupo Focal”</u>. Constatou-se com precisão que faltam às Comunidades: a dinâmica econômica, o mercado de trabalho e estrutura social em si, como o acesso das redes de integração em sociedade as condições dos</p>

	<p>ços urbanos e o acesso à ordem jurídica brasileira. Um conjunto vel de informações sobre cidadania e dramas sociais nos foram dos. Dialogamos intensamente com esses elementos, presentes odas as Comunidades e aferiu-se nitidamente o efeito de tudo isto: oqueios a uma vida digna e inúmeras distorções da construção l, resultado do descolamento da “estrutura de portunidades” que cessita minimamente.</p>
<p>Palavras-chave</p>	<p>Assessoria Jurídica Popular Efetivação do Direito à moradia Acesso à Justiça</p>
<p>Introdução</p>	<p>A pesquisa configura-se dentro do momento histórico em que as dades brasileiras enfrentam seus dramas sociais sem conseguir ar conta de suas enormes demandas sociais, sobretudo a demanda emográfica por habitações. Daí sua relevância acadêmica e social. ais situações revelam a necessidade do debate e do diálogo sobre questão das condições de vida dessas Comunidades e de muitas este país que convivem com os mesmos dramas, além de, é claro, discutir as formulações adequadas de políticas públicas que possam e ajustar ao combate à pobreza, à segregação e às desigualdades esentes nas cidades brasileiras, sobretudo, nos grandes centros urbanos do país. O foco do trabalho reside no fato de que, no mais as vezes, o resultado amplo que é atingido pelo serviço da Assessoria Jurídica Popular, em termos de consciência de direitos, efetividade de direitos (pensado de forma abrangente e não apenas sob a ótica processual e judicial), autonomia de vida angariada pelo cidadão assistido, outros muitos resultados importantes dessa prestação de serviços especificamente caracterizada por um conjunto de valores éticos e humanistas, não é registrado e aferido sob a ótica do beneficiário, especialmente quando o trabalho é feito no âmbito coletivo. Faz-se importante, então, conhecer as opiniões e sentimentos das populações atendidas pelo serviço de assistência jurídica popular gratuita para verificar, a partir dessas informações, como e porque atuar a Assessoria Jurídica Popular impacta efetivamente na vida da comunidade. O presente trabalho é resultado de pesquisas qualitativas do tipo discussão de grupo (DG), junto às Comunidades Jurubatuba, Pantanal, Parque Cocaia Amadeu e Moinho, localizadas na Cidade de São Paulo. Entre os aspectos marcantes dessas comunidades estão, suas situações de vulnerabilidade e risco social, dadas às condições que se encontram, seja por questões sociais e de moradia ou por riscos jurídicos de desocupação dos locais onde residem. Essas comunidades são, hoje, atendidas através da prestação de serviços de assessoria jurídica popular e gratuita do Escritório Modelo</p>

	<p>Dom Paulo Evaristo Arns”, que integra o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da PUC/SP. A esse respeito, é importante destacar que a atuação do Escritório Modelo vem de encontro ao propósito de estabelecer o equilíbrio de forças travadas entre os interesses de setores do Poder Público e privado e do interesse das Comunidades que se encontram em situação de conflito jurídico por eminência de desocupação da área em que moram. Comunidades que, em alguns casos, têm se mantido na área por liminar. Vale aqui destacar, dada as condições enfrentadas dentro e no entorno das Comunidades pesquisadas, forte presença de discriminação ou mesmo segregação espacial como parte das vivências cotidianas das populações dessas Comunidades com a vizinhança”. Em sentido mais amplo, isso se observa pela ausência das combinações fundamentais como processo de inserção social e econômico dentro de uma sociedade. Ou seja, faltam-lhes, a maioria das vezes, a dinâmica econômica, o mercado de trabalho estrutura social em si, como processo das redes de integração em sociedade; distantes também são de suas realidades, as condições dos serviços urbanos e o acesso à ordem jurídica brasileira. Pouco ou quase nada lhes são permitidos em garantias de acessos às redes sociais e aos serviços públicos que normalmente chegam às populações em situação social e economicamente em condições normais”. Importante também explicitar que, uma característica fundamental do trabalho prestado se volta para a formação do aluno de direito, que estagia no Escritório Modelo e cuja formação é foco de intenso trabalho e deve ser cada vez mais aprimorado à luz da vida real com a comunidade, suas percepções, opiniões, realidade. De forma que o PROJETO DIMINUINDO DISTÂNCIAS SOCIAIS, abarca também o ambiente da formação e do estágio na área do Direito e nas áreas afins, dada estruturação multiprofissional e interdisciplinar dos serviços prestados. Como se disse, esse trabalho objetivou, então, de forma sistematizada, a aplicação de pesquisa qualitativa sobre satisfação do serviço prestado pelo Escritório Modelo por meio de um atendimento coletivo realizado para um grupo social, ou uma comunidade, ou, uma organização, ou, um movimento popular na Cidade de São Paulo: (*)Orientar os participantes da pesquisa para um campo de investigação e para linguagem local;(*)Explorar o espectro de atitudes, opinião e comportamentos;(*)Observar os processos de consenso e divergências;(*)Adicionar detalhes contextuais a dados qualitativos e quantitativos;(*)Estimular assuntos de interesse público ou preocupação comum, por exemplo, cidadania, moradia, dignidade, política, mídia, justiça, acesso a bens públicos, lazer, novas tecnologias, etc.;(*)Assuntos e questões que estimulem os participantes para o entendimento sobre noções básicas de cidadania e direitos.</p>
Material e	Como se relatou 5 Comunidades em situação de vida socialmente

Metodologia

vulnerável, economicamente carente e excluída de seus direitos na Cidade de São Paulo, foram avaliadas através de pesquisa de qualidade com Grupos Focais. São elas: Jurubatuba, Pantanal, Parque Cocaia I, Amadeu e Moinho localizadas em São Paulo. O uso da entrevista qualitativa compreende os mundos dos entrevistados e dos grupos sociais especificados, o que permite uma investigação mais adequada para a compreensão detalhada dos sentimentos sobre a realidade social do sujeito participante. A versatilidade da pesquisa qualitativa possibilita um emprego abrangente do conhecimento social, e a pesquisa de levantamento muitas vezes apresenta resultados e surpresas que necessitam de ulterior investigação.

Em sua essência, a pesquisa procura contribuir para adicionar as informações contextuais a achados qualitativos, permitindo uma maior abrangência nas análises da realidade social investigada.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa é tida como tecnicamente adequada às condições enfrentadas, ou seja, ideal para a compreensão das realidades sociais vividas junto à população em situação de vida vulnerável e sob risco social, como são as Comunidades de Jurubatuba, Pantanal, Parque Cocaia I, Amadeu e Moinho localizadas na Cidade de São Paulo. E, na busca de instrumentos que permitam uma melhor compreensão dos sentimentos de seus moradores sobre cidadania, direitos, reconhecimentos de direitos, dignidade, acesso aos serviços públicos, etc., no âmbito individual e coletivo, a pesquisa qualitativa do tipo Grupo Focal, a partir de discussões lideradas pelos moradores dessas Comunidades, enfatiza aos participantes reagirem uns aos outros, onde o moderador encoraja ativamente todos os participantes a falar e a responder aos comentários e as observações dos outros membros do grupo, enriquecendo o debate e com isso podendo ser obtidas as informações necessárias para a compreensão da realidade vividas destas Comunidades.

Grupos Focais

A pesquisa qualitativa do tipo Grupo Focal enfatiza aos participantes da pesquisa a reagirem uns aos outros quando estimulados ao debate, provocando reações que permitam ao pesquisador mediador receber as informações essenciais para compreensão da realidade vivida deste grupo.

Os grupos de discussão (Grupos Focais) são tipos de pesquisa qualitativa que responde a questões do tipo “como” e “por que”. As discussões permitem que as pessoas mostrem seus pontos de vista e suas atitudes com maior profundidade. Permite descobrir como as pessoas se sentem sobre um serviço, um produto, um conceito, uma ideia ou uma organização.

Os grupos de discussão são mais do que entrevistas de perguntas

	<p>diretas. Há uma interação entre os participantes, o que permite que eles desenvolvam novas idéias e pensamentos a partir da fala das demais pessoas do grupo. As características dos participantes são pré-determinadas (classe, idade, sexo, educação, experiência com o produto/serviço etc.) e um moderador conduz a discussão a partir de um roteiro aberto de perguntas. A utilização desta técnica é crescente nas questões de levantamentos de demandas sociais e avaliação de serviços públicos bem como para reconhecimentos dos sentimentos ocultos das percepções dos problemas vivenciados pelos indivíduos. A pesquisa, portanto, tem como propósito, também, o de estimular a emergirem esses sentimentos a partir das homogeneidades e entendimentos dos grupos participantes.</p> <p>Primeiramente, para estruturar os Grupos Focais foi importante à elaboração do planejamento das sessões de encontros com as Comunidades, que ocorreram durante a realização do projeto de pesquisa. Na elaboração do planejamento foram necessários adequação à linguagem, aos costumes e aos comportamentos utilizados pelos moradores dessas Comunidades. O planejamento incluiu a decisão a respeito do número de sessões e de participantes dos grupos em estudo, bem como quem participaria do projeto. Concluiu-se pela necessidade de realizar quatro sessões para abarcar sete aspectos que deveriam ser levantados nas discussões de grupos entre os participantes, priorizando em suas falas: (1) conceito; (2) indicadores de valores; e (3) expectativas esperadas no futuro. Diante destes aspectos, foram iniciados os trabalhos de coleta. Cada sessão foi estruturada por meio de um roteiro específico, que tomou aproximadamente duas horas de duração com cada Grupo Focal. Perguntas do Roteiro da pesquisa: 1 – O que se entende por Cidadania? 2 – Quais são os direitos necessários para uma vida digna? (focando o direito à moradia e os direitos humanos) 3 – Esses direitos são respeitados? 4 – Como fazer a efetivação dos seus direitos? (verificar a importância da organização popular.) 5 – Vocês conhecem o trabalho desenvolvido pelo Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns? (saber o grau de informação que o indivíduo/comunidade tem sobre o trabalho desenvolvido.) 6 – Qual foi o caminho para chegar ao atendimento do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns? 7 – Qual avaliação do grupo do trabalho coletivo desenvolvido pelo Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns?</p>
<p>Resultados e Discussões</p>	<p style="text-align: center;">Análise Consolidada</p> <p>Questão I – O que se entende por cidadania? De modo geral, os entrevistados de todas as Comunidades expressam-se baseando em suas próprias vivências, expressando dinâmicas sociais próprias num cenário de muitas barreiras</p>

sociais e econômicas, limitando-se, muitas vezes, a ausências de um olhar mais crítico da realidade social vividas por sua gente.

Os locais pesquisados são pobres com características sociais urbanas que configuram intensa segregação espacial e social. São visivelmente dotadas da ausência de políticas que incorporem os atendimentos às demandas das precariedades sociais e de saneamento vividas por estas Comunidades. Isso significa, por exemplo, reproduzir, na sua essência, modelos muito gerais de comportamento ou narrativas muito comuns entre seus habitantes. No entanto, surpreende sua articulação, mesmo considerando as dificuldades operativas dessa articulação. Fica evidente que através da condução dos assistentes sociais, sociólogos e advogados do Escritório Modelo, dialogando com as diferentes possibilidades para o enfrentamento de seus problemas, essas Comunidades criam ferramentas eficazes para atuar, por exemplo, na formação de organização de associações de moradores. São notórias em todas as Comunidades pesquisadas essas articulações, mesmo observando a ausência do Estado, como promotor de direitos e garantias de uma vida digna, como determina a Constituição Federal do país.

Os entrevistados das Comunidades de Jurubatuba e Moinho apresentam isso de forma mais direta, mais articulada e contundente.

A maior parte dos entrevistados das pesquisas aponta terem sofrido discriminações e preconceitos, por serem moradores de “favelas”, e por serem percebidos pela “sociedade” como “bandidos”, e entendem que sua cidadania não esteja baseada em direitos, e sim apenas em deveres. Apontam que a cidadania se completa quando passa a ter acesso às condições mínimas de dignidade humana, como ter acesso à moradia, à saúde e à educação. Alguns dos entrevistados também relacionam a cidadania às condições de acesso a emprego, transporte, meio ambiente, gratuidade de documentação, liberdade de expressão, segurança, assistência social, remuneração digna, alimentação, a participação nos processos decisórios das políticas públicas, terem acesso à água encanada, ter um comprovante de endereço, ter acesso à justiça, ao direito de ir e vir e o respeito ao próximo. Citam também a importância da participação como forma de pressão política para alcance de seus direitos, sem, no entanto, deixar de considerar os seus deveres.

Em questões pontuais a Comunidade do Moinho cita a importância da participação dos moradores na articulação para alcance dos direitos, enquanto a Comunidade Jurubatuba cita a importância do ensino como condição primária para se ter cidadania. Outros elementos também fazem parte das preocupações na questão cidadania, como por exemplo, a importância da educação familiar, o poder da mídia para denunciar os abusos do Poder Público e do capital, a preocupação com as drogas que se infiltra em suas Comunidades,

o problema da falta de tempo para dedicar-se aos estudos devido à alta carga horária trabalhada, além da preocupação com a violência policial e seu potencial de corrupção.

Apenas os entrevistados das Comunidades de Jurubatuba e Parque Cocaia I ressaltam os problemas da má distribuição de renda e como isso influencia o acesso aos direitos.

Os entrevistados da Comunidade de Parque Cocaia I destacam o problema da baixa qualidade da alimentação, da remoção violenta e bruta das autoridades públicas, do baixo valor do auxílio-aluguel, da não comprovação de endereço, da ausência de documentações pessoais e da forma diferente de tratamento dos políticos e governantes entre o período eleitoral e os demais períodos.

Apenas as Comunidades de Parque Cocaia I e Moinho citam a dificuldade em se conseguir aposentadoria e o problema da agressividade da atuação do Poder Público.

De modo geral, pudemos constatar que todos os entrevistados entendem a cidadania e a expressam com base em suas necessidades e experiências vividas dentro de espaço de pobreza e extremas dificuldades sociais, econômicas, estruturais e legais. A rigor, tem-se a clara percepção dos riscos sociais e das desigualdades na sociedade em que vivem. Percebem-se como cidadão de “segunda classe” uma vez que não se conseguem ver pertencentes às exigências dinâmicas socioeconômicas estabelecidas em sociedade. Não surpreende, pois essa população está localizada no fundo da estrutura social, carentes de todas ou quase todas as produções de riquezas sociais, além do fato de estarem na periferia do crescimento econômico, e lhes serem vetadas as poucas possibilidades de mobilidade social.

Questão II – Quais são os direitos necessários para uma vida digna?

Nas análises observamos que os entrevistados, exceto os da Comunidade do Moinho que focaram suas respostas nos problemas e sofrimentos da Comunidade, todas as demais citaram o direito à moradia como condição fundamental para se obter uma vida digna, sendo que os entrevistados da Comunidade de Parque Cocaia I e Jurubatuba citaram vários outros direitos, como: qualidade de vida; ter acesso à leitura; ao saneamento básico; à saúde pública; à escola; à educação familiar; ter um meio ambiente sustentável; a canalização dos córregos; pavimentação das ruas; água encanada; luz elétrica; coleta de lixo; ensino superior; transporte escolar e público; espaço de lazer; segurança; trabalho digno, com carteira assinada; urbanização. Sendo que a Comunidade do Parque Cocaia I salientou a problemática da baixa qualificação técnica e da distância do mercado de trabalho.

Todos os entrevistados das Comunidades citaram o problema do preconceito sofrido, os entrevistados das Comunidades de Parque Cocaia I e Jurubatuba salientaram a diferenciação de

remunerações e a desigualdade social, além do problema da forma de atuação do Poder Público. Apenas os entrevistados da Comunidade de Jurubatuba, citaram a questão da corrupção, a perseguição do Poder Público e o sofrimento do trabalho e apenas os entrevistados da Comunidade do Parque Cocaia I destacaram a inexistência de direitos humanos para as Comunidades carentes e a dificuldade de acesso ao INSS.

Os entrevistados das Comunidades de Parque Cocaia I, Amadeu e Moinho salientaram ter muita dificuldade para se obter uma vida mais digna. Não menos importante, também é a forma como é efetuada a remoção das famílias, que geralmente são praticadas com muita violência pela polícia. Em certa medida, a dignidade dessas famílias é, muitas vezes, observada como impossível de ser alcançada em razão de terem um Estado opressor, e não um Estado participativo.

Questão III – Esses direitos são respeitados?

Essa questão entra em conformidade com a própria dinâmica dessas Comunidades, ou seja, é claramente percebido que seus direitos são desrespeitados por não se perceberem dentro da “sociedade legal”, por não possuírem as condições mínimas de respeito a cidadania. Em todos os casos, a segregação sofrida, isto é, a separação dos direitos acessados por cidadãos “comuns” que lhe são negados, os leva a um sentimento, legítimo, de que só há o desrespeito aos direitos quando existem esses direitos, mas que em seu caso, nem isso lhe é permitido. Tudo isso leva a esse sentimento, a baixa escolaridade, as condições de moradias por ocupações e em situação de precariedade absoluta, a falta de informação e a discriminação social que sentem por viver dentro dessas condições.

Questão IV - Como fazer a efetivação dos seus direitos? (verificar a importância da organização popular)

Aqui se destaca a importância da organização popular, em todas as Comunidades pesquisadas, como elemento fundamental para a efetivação dos direitos dos moradores dessas Comunidades. As Comunidades de Jurubatuba e Moinho destacaram ainda, a importância de se ter conhecimento dos direitos para que se possa efetivá-los, os entrevistados da Comunidade de Parque Cocaia I destacam também, a importância das lutas pelos direitos, para impedir, principalmente, a opressão policial sofrida dentro da Comunidade. E, paralelamente, o papel dos meios de comunicação, que deveriam dar mais atenção às questões sociais vivenciados pelas Comunidades pobres da Cidade de São Paulo.

Questão V - Você conhece o trabalho desenvolvido pelo Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns?

Praticamente, todos os entrevistados demonstraram ter algum conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo Escritório Modelo, enquanto os entrevistados das Comunidades de Jurubatuba, Amadeu e Moinho elogiaram o trabalho. Os entrevistados salientaram as seguintes atividades: defesa dos

	<p>direitos, assessoria jurídica, instrução para organização associativa, mobilização de moradores, palestras e cursos, além de destacarem a proximidade com a Comunidade. Assim, o trabalho desenvolvido pelo Escritório Modelo converge em acordo com as necessidades e demandas dessas Comunidades, auxiliando-os nas tomadas de decisões e na sua organização, articulando-os na busca de seus direitos e efetivação de sua cidadania.</p> <p>Questão VI - Qual foi o caminho para chegar ao atendimento do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns?</p> <p>Entre os diversos caminhos para se chegar ao atendimento do Escritório Modelo foi, de fato, importante o papel de suas lideranças, já que foram estas as que primeiro tiveram contato com o trabalho desenvolvido pelo Escritório Modelo. Como porta-vozes dos primeiro contato. Evidencia-se a importância dos líderes das Comunidades para o desenvolvimento do trabalho na Comunidade, fato claramente notado pelas falas dos entrevistados, cita-se a Defensoria Pública, a 2ª Jornada de Moradia, o CEDECA (Centro de Educação e Defesa da Criança e do Adolescente) e o Pólis, neste caso apresentado por meio do MDF.</p> <p>Questão VII - Qual a avaliação do grupo do trabalho coletivo desenvolvido pelo Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns?</p> <p>Notadamente, todos os membros das Comunidades envolvidas na pesquisa avaliaram como muito importante o trabalho desenvolvido pelos profissionais do Escritório Modelo, e que sem o qual suas situações estariam ainda piores do que já se encontram. É o Escritório Modelo que tem dado o suporte jurídico, social, psicológico e também pedagógico para equilibrar as forças da enorme desigualdade existente na tessitura da estrutura da sociedade.</p> <p>Salientam o profissionalismo do Escritório Modelo e de seus agentes, enfatizando sua objetividade e praticidade como elemento a destacar, em seus trabalhos, além de, é claro, seu humanitarismo para enfrentar as questões e as próprias dificuldades vividas pelas famílias nas Comunidades.</p> <p>Destacam-se, como relevantes, na avaliação por parte dos entrevistados os seguintes pontos: a qualidade dos cursos, do atendimento; a importância do trabalho na hora do desespero das Comunidades, a disponibilidade para colaboração, o suporte na organização associativa, a orientação e segurança jurídica.</p>
<p>Conclusão</p>	<p>Considerações gerais sobre a pesquisa</p> <p>Ao contrário do que se podia imaginar a pesquisa porou múltiplas dimensões em seus resultados, associados a</p>

ntos de olhares sobre os mesmos dramas vividos por uma
lação carente e desprovidas das condições mínimas que garantam
gnidade a uma pessoa. Considerando a grande quantidade de
mações obtidas na pesquisa, procuramos focar seu resultado no
ósito de levantar as impressões e sentimentos sobre vários
tos ligados à questão da cidadania, dignidade humana, respeito
ireitos, direito à moradia, atuação jurídico-popular desempenhada
Escritório Modelo e a sua importância para a organização
nitária de seus entrevistados. É importante registrar que a
isa contou com o esforço de toda a equipe do Escritório Modelo
lvado no atendimento às comunidades.

Cabe destacar, também, a colaboração dos líderes das
unidades e a recepção de seus moradores em receber a equipe que
uziu a pesquisa em todos os momentos do processo de sua
ação, sempre de forma aberta e confiante. Todo o processo da
isa foi sempre acompanhado com o interesse dos seus
cipantes, não apenas por se sentirem importante para seu sucesso,
por terem a oportunidade de expressar suas opiniões e sentimentos
os vários temas enunciados do objetivo do projeto de pesquisa.
am-se como parte integrante do projeto, e por isso, sempre
stos a colaborarem no empenho de sua realização. As garantias
s para a sua realização só foram possíveis pelo esforço conjunto
dos aqueles que estiveram envolvidos no projeto, sem os quais
averia a possibilidade de sua plena realização.

Registramos também que apesar da população pesquisada
ntar condições de vida vulneráveis e sob riscos sociais dadas as
ições de carência social, isto é, de pobreza, e, em alguns casos, de
eza extrema, não podemos deixar de registrar também que a infra-
tura para a realização da pesquisa foi dentro das condições
veis da realidade de cada Comunidade, sem, no entanto colocar
rejuízo o resultado final da pesquisa.

Já em relação ao resultado da pesquisa um dos pontos de
la para nossa conclusão é a clara percepção que existe, entre os

participantes, da importância do Estado em sua vida, mas, muito mais pela ausência do que pela presença. Evidencia-se em suas falas o sentimento de abandono por não terem acesso aos direitos básicos, que permitam as condições mínimas de uma vida cidadã e digna. Em algumas vezes notamos a preocupação por se sentirem como se fossem “cidadãos de segunda classe” em uma sociedade que segregava aqueles que não se enquadram dentro dos “padrões urbanos de qualidade de vida”. E, apesar de não terem uma formação escolar, que de modo geral marca o perfil dos entrevistados, têm consciência dos seus direitos, pelo menos dos direitos básicos, ainda que conscientes da dificuldade de efetivarem esses direitos. Daí a importância da participação comunitária percebidas pelos participantes da pesquisa. Nesse sentido, reforça-se a questão da luta política para que seus direitos sejam efetivados e respeitados.

Quando estimulados a falarem sobre cidadania, entretanto, as respostas vinham acompanhadas de vivências reais do cotidiano, isto é, denotando claramente que a cidadania é antes, o direito a ter acesso aos bens públicos, sociais, econômicos e culturais, e não os bens privados levados a sociedade de modo geral, que lhes são negados. A cidadania, segundo a opinião da maioria dos participantes é ter acesso a um transporte de qualidade; a um trabalho formal, com registro em carteira; a uma moradia própria, sem o receio de ser desalojado por despejos judiciais; acesso à saúde de qualidade, segurança, educação, saneamento básico, água, luz, serviços de correios, enfim, ter acesso às condições básicas para uma vida digna.

Consideram que a dificuldade da efetivação da cidadania decorre em função das condições da distribuição de renda, principalmente a baixa renda dos baixos salários dos trabalhadores mais pobres no país, que não permitem compor renda suficiente para oferecer uma situação adequada para si e seus familiares e então se sentirem cidadãos. A cidadania, portanto, para os participantes associa-se às condições econômicas e sociais e à capacidade de consumo das famílias. E esse consumo passa por ter

o à qualidade de vida, moradia adequada para morar, saneamento, e pública, escola, educação familiar; meio ambiente sustentável, ização do córrego, pavimentação da rua, água encanada, luz ca, coleta de lixo, ensino superior, transporte escolar e público, , segurança, trabalho digno e urbanização.

Um dos grandes questionamentos sobre a ideia de dade é não poder ter acesso ao trabalho formal, e com uma neração suficiente para garantir-lhe as condições mínimas de suas stências e de sua família. No entendimento dos entrevistados, o já apontado nas análises da pesquisa, a dignidade passa pela de trabalho, o que é coerente, uma vez que é o trabalho o meio qual se realiza e se materializam as condições para uma vida mais l. Porém, o trabalho em sua visão, de modo geral, não efetiva tais ições por não estar a seu alcance, e quando está, é, em certa da, em condições precárias, sob todos os aspectos, inclusive por baixa remuneração. Muitas vezes o trabalho é visto como imento” por estar vinculado às suas condições de exercício.

Em suas visões, os participantes entendem que para ar seus direitos precisam conhecê-los, e reconhecem o papel de venção do Escritório Modelo para sua efetivação. Salientam que é sária a organização popular para lutar por esses direitos, e sabem mportância da união e mobilização dos moradores das unidades e uma melhor articulação com outros movimentos is por moradia. Em termos mais gerais a existência de clareza e seus problemas facilita a própria organização das Comunidades obilização e ações em defesa de seus próprios direitos.

Outro aspecto a ser observado na pesquisa foi o fato de se terem marginalizados pela sociedade, muito em razão de suas ições de moradia e o que representa essa condição no imaginário l: ser “favelado” é quase o mesmo que ser visto como “bandido”. e sentido, se veem também sendo oprimidos pela sociedade.

o embora a convivência seja pacífica na mesma unidade
orrial.

Em suma, em nosso ponto de vista, as condições
ntadas pelos moradores dessas Comunidades repercutem a
rtância da continuidade dos trabalhos da atuação jurídica popular
icial no fortalecimento das relações cidadãs e garantidoras das
ições na implementação à dignidade humana. Significa solidificar
ca e a firme responsabilidade da sociedade civil no amparo à
uição das distâncias sociais que existem em nossa sociedade.

O papel do Escritório Modelo não tem sido apenas o de
ibuir para levar a assessoria jurídica popular gratuita a
unidades em situação de vida socialmente vulnerável,
omicamente carentes e excluídas de seus direitos na Cidade de
Paulo, mas também estabelecer uma cultura de trabalhos jurídicos
dos àqueles que, em razão, de sua condição de carência social não
m chance de ver seus direitos serem representados perante a
a. Cabe destacar que os trabalhos não são realizados
lamente, contando sempre com a colaboração da Defensoria
ca, CEDECA (Centro de Educação e Defesa da Criança e do
escente) e do Instituto Pólis, que juntos têm realizados esforços
garantir a continuidade desses trabalhos.

Resumindo, acreditamos que o trabalho desenvolvido
Escritório Modelo - Dom Paulo Evaristo Arns, a partir das
ões coletadas na pesquisa, tem conseguido desenvolver seus
lhos dentro de sua proposta que é levar assessoria jurídica popular
ita como forma de práticas sociais e favorecendo o exercício da
ania, mediando o acesso à justiça, à consciência e à autonomia
lar.

Referências

SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

Área temática

Direitos Humanos e Justiça.

Responsável pelo trabalho

Marcelo Andrade de Azambuja

Instituição

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Nome dos autores

Marcelo Andrade de Azambuja, Michele Savicki e Patrícia Vilanova Becker

Resumo

O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) trata-se de um programa de extensão, com 61 anos de existência, voltado para a ampliação do Acesso à Justiça e a efetivação dos Direitos Humanos. Reúnem-se para esse objetivo cerca de 200 pessoas entre advogados/as, psicólogos, profissionais da área das ciências humanas e estudantes dos cursos de Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Arquitetura, Teologia, Relações Internacionais, Pedagogia e Serviço Social. As atividades do SAJU são realizadas através de 15 grupos distintos, todos com temáticas específicas que vão de promoção dos Direitos de Gênero até a Direitos de Refugiados e Imigrantes, passando por Adolescentes em situação de conflito com a Lei, Mediação, Assessoria Comunitária, Educação Popular e a quase totalidade das temáticas do Direito (civil, penal, previdenciário, do consumidor, trabalhista, etc). Essas atividades se dão na forma de atendimentos na resolução de conflitos, judicial ou extrajudicialmente, e também através de oficinas e atividades de Educação Popular. Enquanto resultados, o SAJU se mostra agente ativo no fomento do debate crítico e interdisciplinar acerca do acesso à justiça e da efetivação de direitos humanos, não só em âmbito interno como mesmo fora da universidade.

Palavras-chave

SAJU; Direitos Humanos; Acesso à Justiça.



Introdução

O SAJU encontra a justificativa de seu trabalho na incontestável necessidade de defesa e promoção dos Direitos Humanos, entendendo-se aqui não apenas aqueles indicados expressamente na Constituição e nos Tratados Internacionais firmados por nosso país, mas todos que deles decorrem (BOBBIO, 2004). Nesse sentido, o SAJU também se volta à defesa dos direitos que são obtidos analogicamente em movimentos progressistas e que, por insuficiência legislativa, ainda não foram positivados.

Além disso, ainda que não seja esta sua finalidade precípua, importante destacar que na atual crise do sistema de justiça brasileiro (SANTOS, 2007), incapaz de lidar com o número de demandas que atualmente recebe e incipiente ao prover a todas as pessoas a possibilidade de lutar por seus direitos, o SAJU acaba por cumprir um importante papel de amenização da lacuna deixada pelo Estado no amparo jurídico e social. Assim, trazer o debate dos direitos humanos para o âmbito da Universidade, por si só, já caracterizaria inovadora atividade, mas inconformada, nossa instituição se propõe à transformação desse quadro por meio do ajuizamento de ações e do atendimento interdisciplinar individualizado.

O SAJU, ainda que seja formalmente atividade de extensão, possui preocupação em manter a indissociabilidade do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão. A vinculação com atividades de ensino se dá através do incontestável acúmulo teórico e prático de que gozam as pessoas participantes do programa. Através da promoção de espaços de formação teórica, do serviço realizado cotidianamente em nossa instituição, cada sajuano/a é capacitado dentro de suas potencialidades para o melhor exercício possível da prática de ampliação do Acesso à Justiça e de efetivação dos Direitos Humanos. A pesquisa é estimulada e levada a cabo individualmente dentro das temáticas concernentes à instituição e dos seus grupos. Semestralmente, o SAJU edita uma revista científica, de nome Revista do SAJU, com artigos envolvendo as temáticas desenvolvidas.

Fazendo coro a uma série de outros serviços legais inovadores (LUZ, 2006), objetivo principal do SAJU é a ampliação do Acesso à Justiça e a efetivação dos Direitos Humanos. Realiza seu intento através da resolução de conflitos, de forma judicial ou extrajudicial; do exercício judicial através de um viés crítico do Direito e da Sociedade; de realização de oficinas com os mais diversos públicos e os mais diversos enfoques dentro da temática dos Direitos Humanos; assessoria comunitária a associações populares; realização de eventos e campanhas de promoção dos Direitos Humanos.

Material e metodologia

O SAJU dispõe de espaço físico permanente na Faculdade de Direito da UFRGS, com salas estruturadas para o atendimento jurídico e interdisciplinar em Direito e a reunião entre os grupos da instituição. Nessas salas são realizados atendimentos individuais nas mais diversas matérias do Direito, que podem culminar ou não no ajuizamento de ações, bem como são realizadas tentativas de resolução extrajudicial de conflitos através das práticas da mediação e da conciliação.

As reuniões dos grupos do SAJU servem para estruturar e organizar suas atividades cotidianas, sendo o foro de discussão sobre as atividades realizadas. Oficinas, eventos e manifestos são realizados em comunidades, escolas e outros lugares fora do SAJU, dependendo das especificidades da atividade.

Relativamente ao público-alvo do SAJU, consiste na comunidade em geral, compreendida esta enquanto comunidade acadêmica, relativamente ao fomento do debate crítico, e comunidade externa, consistindo essa na população vulnerável sócio-economicamente. Juntamente a esta comunidade que são realizadas atividades de conscientização empoderamento popular e promoção e defesa de direitos.

A metodologia de atuação do SAJU, em um âmbito geral aos grupos, poderia ser caracterizada pelo binômio defesa-promoção. A defesa diz respeito à exigência intransigente de respeito a todos os direitos humanos já consagrados em texto legal e que estejam, por qualquer que seja o motivo, sendo negados à população vulnerável. A promoção entende-se por atividades que visem ao juízo crítico dos sistemas de justiça, à criação de novos direitos e a ações de visibilidade a populações historicamente vulneráveis.

Resultado e discussões

Diante de seus mais de 60 anos de existência, o SAJU já se mostra enquanto instituição de extensão com atuação consolidada, embora permaneça em constante evolução e processo de reavaliação e renovação. Dentre seus resultados, podemos citar:

i) Fomento do debate, no âmbito acadêmico, acerca de direitos humanos, interdisciplinaridade e acesso à justiça: por meio da Semana de Direitos Humanos, que já teve sua terceira edição, o SAJU amplia debates normalmente travados internamente. Trata-se de um evento aberto ao público com duração de uma semana, sendo que em cada dia é organizado um painel de temática distinta. Procura-se, com isso, levar à universidade, e mesmo a outros recantos, temáticas normalmente polêmicas e referentes aos Direitos Humanos e acesso à justiça, buscando sempre fazê-lo através de uma análise interdisciplinar.

ii) Capacitação de sajuanos: as capacitações ocorrem de diferentes formas. Primeiramente, de maneira interna a cada grupo, por meio do debate sobre suas temáticas, discussão de casos típicos, pesquisa, etc. Além disso, o SAJU desenvolve momentos específicos para a capacitação de seus integrantes em assuntos mais genéricos, atinentes a toda a instituição, como capacitações em processo, direitos humanos e educação popular. Ainda, vem se consolidando o SAJU em Debate, evento anual interno voltado para o debate de questões fundamentais da instituição.

iii) Garantia do acesso à justiça a pessoas em situação de vulnerabilidade sócio-econômica: por meio de seus mais de 30 atendimentos semanais, o SAJU possibilita a pessoas comumente excluídas da sociedade das mais diversas formas que tenham acesso à justiça para defenderem seus direitos. Além disso, por meio de oficinas e cartilhas, por exemplo, o SAJU trabalha não só na defesa dos direitos humanos, mas na prevenção de sua violação, ou seja, fomenta o conhecimento da população acerca de seus direitos, de forma que esta se empodere e mantenha-se atenta a concretização (ou violação) destes.

iv) interação ensino-pesquisa-extensão: o SAJU mantém a indissociabilidade do tripé acadêmico em suas atividades. A Revista do SAJU é resultado consolidado da união da extensão com a pesquisa, visto que os artigos são voltados, em grande parte, para a análise de atividades concretas na busca do acesso à justiça e dos direitos humanos, além da proposição de novas possibilidades de atuação. Ainda, o ensino é a base para a atividade de extensão. Mas, na união entre o que se aprende em sala de aula e a realidade da população trazida aos/às sajuanos/as, surge a possibilidade da criação de um novo conhecimento, por sua vez crítico, não alienado na teoria, mas compatível com a prática e com os anseios de efetivação dos direitos humanos.

Conclusão

Ao longo de seus 61 anos de existência, muitos foram os resultados obtidos pela instituição que atestam que muitos de seus objetivos foram plenamente atingidos. No ano de 2010, o SAJU acompanhou cerca de 2000 ações judiciais, contemplando vasta parcela do público-alvo na cidade de Porto Alegre e na região metropolitana. Além disso, foram realizadas cerca de 15 oficinas comunitárias, distribuídas em diferentes bairros vulneráveis de Porto Alegre, em parceria com escolas e associações de moradores/as. Atualmente, a instituição acompanha regularmente as comunidades da Vila São Judas Tadeu, Vila Salvador França e Vila do Chocolatão, em um trabalho contínuo de educação popular.

Destaca-se ainda que o SAJU encontra hoje consolidada atuação na rede de assistência social e de defesa dos direitos humanos de Porto Alegre, estabelecendo parceria direta com inúmeras entidades da sociedade civil no exercício de suas atividades, tais como ONGs, delegacias, defensorias públicas, centros de referência, projetos de extensão, comissões municipais, entre outros órgãos. Assim, a instituição representa uma atuação consolidada na área dos direitos humanos em nível externo, agindo como referencial e como agente mediador de redes e parcerias.

Em outra perspectiva, o SAJU tem atingido grandes resultados no que tange contribuir na formação de estudantes e futuros profissionais mais capacitados e sensíveis à realidade social que necessita de transformação. Assim, a instituição contribui duplamente na efetivação da função social da universidade ao humanizar a vivência acadêmica de centenas de estudantes, bem como ao estabelecer com a comunidade um canal permanente de trocas de saberes e experiências, finalidade maior da extensão popular.

Referências

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 1992.

LUZ, Vladimir de Carvalho. Formação da Assessoria Jurídica no Brasil *in* Revista do SAJU – Para uma visão crítica e interdisciplinar do Direito, Edição Especial, volume 05. 2006

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma revolução democrática da Justiça. Cortez Editora: 2007



VILA SÃO BENTO EM MOVIMENTO: CAMINHANDO LADO A LADO POR CIDADANIA

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: N. SILVA

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FDUFMG)

Nome dos Autores: 1. J. GUERRA; 2. L. MORAIS; 3. T. NOVAIS; 4. L. OLIVEIRA; 5. L. REIS; 6. N. SILVA; 7. P. MARQUES; 8. M. AZEVEDO.

Resumo: O presente artigo se propõe a descrever e analisar o processo de mobilização comunitária na Vila São Bento, pertencente ao Aglomerado Santa Lúcia, frente à chegada do Programa Vila Viva da Prefeitura de Belo Horizonte. Nesse contexto, será abordado o processo participativo de uma comunidade de alta vulnerabilidade social na tentativa de reconhecimento de seus direitos fundamentais e cidadania, objetivos principais da ação. Através da metodologia da pesquisa-ação e da mediação, buscou-se mobilizar e capacitar a comunidade para conquistar melhores condições de habitação, e conseqüentemente, melhores condições de vida. Como resultado dessa ação, verificou-se um fortalecimento do capital social na comunidade, bem como uma maior emancipação da mesma, que se mostrou apta a dialogar com o Poder Público. Concluiu-se, portanto, que a atividade de extensão desenvolvida pela equipe de mediação comunitária do Programa Pólos de Cidadania foi importante instrumento para a efetivação dos Direitos Humanos junto a populações socialmente vulneráveis.

Palavras-chave: mobilização social, mediação comunitária e favela.

Introdução

Criado em 1995, o Programa Pólos de Cidadania iniciou suas atividades como um projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destinado a proporcionar aos estudantes de direito uma visão diferenciada de sua aplicação na sociedade, atuando especialmente junto a comunidades com histórico de exclusão e trajetória de risco¹. Aliando os três pilares da educação superior – ensino, pesquisa e extensão² – o Programa Pólos busca desde seus primórdios promover a efetivação dos Direitos Humanos, emancipar grupos sociais e fortalecer o exercício da cidadania. Sua equipe é formada por estudantes e profissionais das mais diversas áreas de atuação, tais como psicologia, direito, ciências sociais, comunicação social, arquitetura, administração e serviço social, dentre outros, o que faz com que suas atividades sejam calcadas na

1 Expressão cunhada pela Autora Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Doutora em Filosofia de Direito e Pós-Doutora em Metodologia Jurídica, que, ao criar as bases do Programa, direcionou suas atividades para comunidades carentes, em que direitos fundamentais e humanos são constantemente violados e a atuação do Poder Público é, por vezes, escassa, insuficiente ou quase nula.

2 Constituição Federal/1988 - art. 207, caput: As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

interdisciplinaridade, aspecto fundamental para a compreensão das relações sociais e para a atuação em comunidades carentes e socialmente vulneráveis.

O Programa Pólos de Cidadania funda-se em três pilares: cidadania, subjetividade e emancipação. A cidadania pode ser caracterizada pela democratização das relações, visando a sustentabilidade da diversidade étnica, religiosa, de gênero, socioeconômica ou de qualquer outro tipo. Já a subjetividade traduz a autocompreensão e a responsabilidade de um indivíduo, tornando-o capaz de demonstrar uma competência que permita a expressão de uma personalidade autônoma e crítica para sua inserção definitiva nos grupos de seu entorno social. Por fim, a emancipação pode ser compreendida como a capacidade permanente do sujeito de reavaliação das estruturas opressoras que o cerca, com propósito de promover uma mudança nas organizações sociais e fortalecer o associativismo em prol da ampliação das lutas democráticas.

O programa se divide em projetos específicos, formulados a partir de “frentes de trabalho” que lidam com temas diversos. Um desses projetos, o Projeto de Mediação de Conflitos atua em dois aglomerados de favelas em Belo Horizonte: Aglomerado Serra e Santa Lúcia. A equipe de mediação se divide em duas frentes: uma voltada a atendimentos de demandas individuais e outra destinada a tratar de demandas coletivas, caracterizando a chamada mediação comunitária.

No presente estudo, focar-se-á na aplicação da mediação num caso concreto, ligado à atuação da equipe de mediação comunitária do Aglomerado Santa Lúcia, com forte atuação na Vila São Bento, empoderando os moradores e auxiliando-os a buscarem melhores condições de vida. Através deste caso concreto, poderá se perceber como a mediação atua como forte instrumento de emancipação social, fortalecendo os laços comunitários, criando e restaurando redes de comunicação e cooperação entre os mais diversos setores sociais.

Desde 2002, alguns movimentos, como o próprio Pólos, travam uma luta contra o despejo desorganizado e prejudicial às famílias que ali construíram suas vidas. Contudo, ainda que o risco de retirada iminente por vezes fosse afastado, permanecia a configuração irregular da habitação, perpetuando na Vila São Bento um cenário de constante instabilidade e incerteza.

Com o advento do programa municipal Vila Viva, que tem como intuito a (re)urbanização das vilas e favelas, os despejos já esperados da Vila São Bento tornam-se mais iminentes, sendo necessária e observável uma maior mobilização dos moradores em defesa de seus direitos, dentre eles à moradia digna.

Metodologia

No início da década de 1990, A Vila São Bento surgiu às margens da Avenida Nossa Senhora do Carmo, numa região ao lado do já expandido Aglomerado Santa Lúcia. No início, não passava de um conjunto de cerca de cinco famílias que construíram suas casas no local em função da dificuldade de encontrar moradia na região, incluindo no próprio Aglomerado. Aos poucos, mais moradores se instalaram, até que hoje já moram ali mais de cento e vinte famílias.

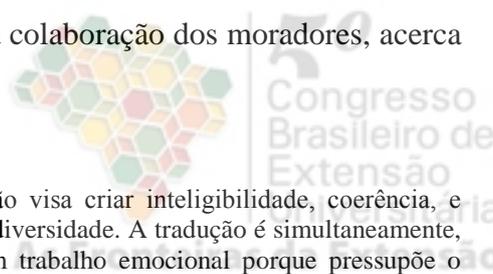
Embora faça parte do Aglomerado Santa Lúcia, a Vila São Bento apresenta caráter adverso em relação ao restante da comunidade, uma vez que conta com condições socioeconômicas menos favoráveis, maior vulnerabilidade e habitações mais precárias. A despeito de seu grande crescimento, não existe qualquer possibilidade de regularização da Vila, já que laudos tanto do poder público quanto de movimentos que ali atuam comprovam o altíssimo risco que ali se estabelece.

O Pólos de Cidadania começou a atuar na Vila São Bento trabalhando as demandas levantadas pela comunidade, em assuntos que variaram desde questões de saneamento básico até a criação de uma associação oficial de moradores para a Vila. Ao longo dos anos, a relação das equipes do Pólos com os habitantes da vila se estreitou, o que fez com que o Programa se tornasse a entidade mais atuante junto aos moradores na busca por melhores condições de habitação.

As atividades do Programa são lastreadas na metodologia da pesquisa-ação, que consiste na inserção dos pesquisadores na comunidade, que, a partir das demandas apresentadas por esta, constroem ações conjuntas com a população de modo que um dos objetivos da pesquisa é a transformação social (Thiollent, 1985). A pesquisa-ação seria uma ferramenta de tradução³ de determinado ambiente social, a partir da troca de experiências entre saber científico e conhecimento popular.

Como uma forma de conseguir um aprofundamento do conhecimento obtido nos anos de vivência na Vila São Bento, a equipe de mediação comunitária do Pólos, ao final de 2010, deu início a um processo de pesquisa em conjunto com os moradores. Esta foi realizada por meio de aplicação de questionários com a colaboração dos moradores, acerca

3 Segundo Boaventura de Sousa Santos “o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade, coerência, e articulação num mundo enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade. A tradução é simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político. E é também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do caráter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática” (SANTOS, 2002).



de suas impressões pessoais sobre toda a dinâmica da Vila, seus aspectos positivos e negativos, as relações de vizinhança e parentesco e as expectativas de melhorias.

Questões relativas aos locais de emprego e escola, bem como meios de transporte, traçaram um perfil de clara necessidade de que as remoções sejam planejadas para regiões próximas, tendo em vista que, além da violência à história das famílias na região, mudanças para zonas periféricas acarretariam na maioria dos casos em perda do emprego, agravante perigoso para moradores já em condição de exclusão.

Os questionários proporcionaram uma percepção mais ampla da consolidada rede social existente na Vila. O processo de realização da pesquisa e as informações dos questionários, na medida em que ilustram o capital social⁴ ali presentes, se tornaram ferramentas fundamentais de mobilização social e um instrumento significativo na busca pela consolidação do direito à moradia, bem como uma série de outros direitos fundamentais e sociais aos quais os moradores não têm acesso.

Resultados

Na Vila São Bento, a população assumiu uma postura crítica em relação ao projeto e combativa quanto aos aspectos problemáticos do mesmo. Nesse sentido, a mobilização da comunidade se mostrou como instrumento para que os interesses fossem ouvidos e trabalhados de forma democrática.

Embora boa parte dos moradores tenha o desejo de permanecer no local onde atualmente estão assentados, sabe-se que a possibilidade de não remoção é pouco provável. Ainda assim, a equipe de mediação comunitária do Pólos de Cidadania, a partir do processo de mobilização comunitária formado, tem levantado questões importantes acerca do futuro que tomará a população da Vila. Algumas problemáticas como o valor das indenizações e o local onde serão reassentados foram colocadas em pauta, o que abre espaço para a discussão, na tentativa de fazer com que o Programa Vila Viva seja aplicado da melhor forma possível.

A mobilização ficou evidente quando com a realização de audiências públicas, sendo duas dentro do Aglomerado e outra na Câmara dos Vereadores, além de reuniões, onde os moradores puderam manifestar suas preocupações e perspectivas de mudança.

4 “(...) a existência de relações de solidariedade e de confiabilidade entre os indivíduos, grupos e coletivos, inclusive a capacidade de mobilização e de organização comunitárias, traduzindo um senso de responsabilidade da própria população sobre seus rumos e sobre a inserção de cada um no todo. Estes elementos subjetivos manifestam-se em ganhos concretos sobre a resolução de seus problemas, por possibilitarem maior acesso aos direitos e conseqüente melhoria da qualidade de vida e de bem-estar.” (GUSTIN, 2005).

Após a última audiência, a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Silmara Goulart abriu um Inquérito Civil Público visando investigar se o Programa Vila Viva de fato estaria cumprindo com o seu objetivo de (re)urbanização do Aglomerado, ou se estaria ocorrendo um desvio de finalidade, com a realização de obras destinadas a beneficiar outros setores sociais.

Conclusão

Como o programa Vila Viva ainda encontra-se em desenvolvimento, não é possível saber se todos os objetivos serão alcançados e todos os direitos dos moradores serão respeitados. Contudo, já se é perceptível uma maior emancipação da Vila São Bento, no que tange a sua mobilização e na luta por seus direitos. A população já se encontra organizada o bastante para poder dialogar com o Poder Público, o que fica claro diante do número de audiências e espaços de discussões constituídos.

Por meio das atividades de extensão que vem sendo realizadas na Vila São Bento, pode-se perceber a importância do intercâmbio de experiências entre a comunidade local e a equipe, caracterizando um diálogo aberto entre saber científico e saber popular. Os ganhos apreendidos a partir de trabalhos acadêmicos devem ser amplamente direcionados à utilização pela sociedade e para a sociedade.

Referências Bibliográficas

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *Das necessidades humanas aos direitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.230p.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. *Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos*. *Revista da Faculdade de Direito*. Belo Horizonte, nº 47, p. 181-216, jul-dez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002: 237/280.

SIX, Jean-François. *Dinâmica da Mediação*. Tradução de Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte, Del Rey, 2001.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo, Cortez, 1985.